

RAÍZES DO PINHEIRINHO

A HISTÓRIA DA MAIOR OCUPAÇÃO DA AMÉRICA LATINA



AGRADECIMENTOS

Aos moradores do Pinheirinho, que me receberam em suas casas e confiaram em mim para compartilhar seus caminhos. Nada disso existiria senão fosse a luta de vocês.

Ao meu pai, pelas cantorias, caronas e leituras antes de dormir.

A minha mãe, por sempre ouvir minhas histórias gritadas.

Ao meu irmão, porque, ao olhar para trás, é por ele que eu faço tudo.

À família que escolhi: meus grandes amigos. Daniel, por sempre me dar o espaço e conforto de compartilhar quem eu sou. Ana, por todas as noites dançando Nelly Furtado. Emily, por ser, há 10 anos, o abraço para onde quero correr.

À PUC, que por muito tempo foi sinônimo de casa para uma menina perdida em São Paulo.

Aos meus colegas bolsistas, Julio, Evelyn e Maria Luiza, por não soltarem minha mão ao longo destes quatro anos.

Ao PROUNI, que me permitiu acessar tantos espaços que nunca nem sonhei.

Aos amigos que fiz no trabalho, nas salas de aula, nos pontos de ônibus e livrarias. Vocês tornam tudo mais fácil.

Ao meu orientador Fábio, pelos pastéis de feira e puxões de orelha. A todos os outros grandes educadores que encontrei pelo caminho. Sem vocês eu não veria o mundo em cores tão lindas.

Às palavras, minhas primeiras amigas. E a todos aqueles que encontram nelas poder, permanência e alento.



INTRODUÇÃO

A ocupação do Pinheirinho, durante oito anos, foi lar para mais de 1500 famílias de São José dos Campos, no interior de São Paulo. Em 2012, o terreno foi reintegrado como parte do patrimônio de uma empresa falida e, no processo, todos os moradores foram expulsos do local.

Mais de dois mil agentes policiais demoliram suas casas de alvenaria sem um plano de contingência e, por esse motivo, as famílias foram obrigadas a conviver em abrigos sem a menor infraestrutura. Durante anos, o movimento batalhou para que os moradores recebessem um lar e, depois de muita negociação, todos foram realocados para um conjunto habitacional do “Minha Casa, Minha Vida”: o Pinheirinho dos Palmares.

O livro-reportagem busca recontar a história de luta e resistência dessa ocupação em uma ordem cronológica inversa. O primeiro capítulo mostra a situação atual das famílias que, finalmente, conseguiram suas casas em um bairro distante do centro da cidade. Apesar da vitória, o residencial ainda enfrenta problemas de descaso em relação à prefeitura.

Depois, o dia da reintegração de posse foi reconstruído. A violência dos policiais contra os moradores, inclusive crianças e idosos, além dos meses passados nos abrigos sem acesso a banheiro ou higiene.

Finalmente, a última parte trata do início da ocupação, a sua consolidação como a maior da América Latina, na época e com uma organização estudada e referenciada por especialistas até os dias atuais.

An aerial photograph of a densely packed urban neighborhood, likely a favela, with numerous small buildings and narrow streets. The entire image is overlaid with a semi-transparent orange filter. The text is positioned in the lower right quadrant of the image.

RAÍZES DO PINHEIRINHO
A HISTÓRIA DA MAIOR
OCUPAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

An aerial photograph of a city, likely Rio de Janeiro, showing a dense urban landscape with buildings and streets. A prominent red diagonal stripe runs from the top left towards the bottom right, crossing over the city. The overall color palette is dominated by shades of orange and red.

PARTE 1

LUGAR NENHUM



É

uma daquelas imagens atemporais de estradas que vem de lugar nenhum e vão para nenhum lugar. Uma cerca envelhecida separa a estrada asfaltada do mato alto que corre por vários metros à frente.

De um lado do caminho, algumas vacas e cavalos andam preguiçosamente pela grama. Do outro, uma construção abandonada do que um dia foi uma granja descansa silenciosamente. Nada particularmente memorável. Uma paisagem bucólica direto de quadros de consultório.





Diferentes partes das estradas que levam ao Residencial Pinheirinho dos Palmares.

Quando a estrada se divide, um ponto azul emerge. Uma placa amassada anuncia: “*E.M. Ubirajara O. Pinto*”. A voz mecânica do Google Maps interrompe o som do silêncio e indica a saída da esquerda. O carro vira e segue por uma estrada tão igual quanto a primeira.

Depois de alguns solavancos, a paisagem calmamente começa a mudar. Urubus cavam montes de lixo encostados na beira da estrada. A frente, uma construção em branco descascado. O Centro de Detenção Provisória de São José dos Campos é pequeno e parece vazio, com exceção de algumas pessoas sentadas do lado de fora, se escondendo do sol do meio dia atrás de um muro.

A estrutura da construção quase lembra um castelo, com duas torres se sobressaindo e convidando quem passa pelo lugar a observar e conhecer suas histórias. Esse prédio, porém, não é onde o caminho termina.



Centro de Detenção Provisória de São José dos Campos (CDT).

O carro ganha velocidade e deixa para trás as torres baixas do CDP e uma fazenda de leite abandonada, e chácaras arborizadas, e uma ponte frágil de madeira, e um riacho quase seco, e um ponto de ônibus solitário e um clube particular e vazio.

A estrada fechada finalmente se abre e o terreno começa a descer. Uma grande construção de telhado curvilíneo emerge na visão. A Escola Municipal Maria Antonieta Ferreira Payar é uma das maiores de São José dos Campos: são mais de 4 mil metros quadrados de área construída, com um ginásio e estacionamento igualmente gigantes. Ao todo, cerca de 1100 estudantes são atendidos no local, de acordo com informações divulgadas em 2020, pela Prefeitura da cidade.¹

Escola Municipal Maria Antonieta Ferreira Payar na entrada do Residencial dos Palmares.



Logo ao lado, há um pequeno parque de brinquedos colorido e barulhento, igualmente bem cuidado. Uma das professoras grita repetidamente o nome de “Miguel” que, dado o tom de voz e os pedidos constantes para não bater no colega, deve ser um pequeno furacão.

Do topo do morro, a vista se estende para trás do setor escolar e exatamente 1.461 casas formam o Residencial Pinheirinho dos Palmares. Além delas, mais 267 apartamentos também foram construídos próximos ao conjunto do “Minha Casa, Minha Vida”², que foi entregue em 2016

¹ Informações divulgadas pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos em 2020, após a inauguração de mais duas creches no bairro. Disponível em: <<https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2020/maio/20/prefeitura-de-sao-jose-conclui-obras-de-mais-duas-creches/>>

² Dados da Prefeitura Municipal de São José dos Campos divulgados em relatório da Secretaria de Habitação. Disponível em: <<https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/701775/sh.pdf>>

para mais de 1700 famílias da ocupação do Pinheirinho, reintegrada em 2012 com uma força de quase 2 mil policiais.

No sol de meio de tarde, o bairro inteiro reflete luz, já que cada um dos telhados têm placas solares. Cada uma das casas foi entregue com 46,1 m² em um lote de 160 m², divididos em dois quartos, cozinha, sala, banheiro e área de serviço.³ Apesar de no papel todas terem a mesma estrutura, cada família adequou o espaço às suas necessidades. Alguns imóveis têm puxadinhos para cima, para o lado, com portões e cores diferentes.



As ruas inclinadas do Pinheirinho.

Em uma rua, um gol pequeno é improvisado com pedaços de pau e arame. Como não há grande circulação de carros, não é um problema as crianças andarem de bicicletas pelas vias. As faixas de pedestres são meramente decorativas.

³ Dados divulgados pelo Governo Federal no anúncio da aprovação do projeto de construção, em 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidades/pt-br/noticias/anterior/governo-federal-anuncia-construcao-do-mcmv-par-a-familias-do-pinheirinho>>

O único contratempo para as brincadeiras seria o nivelamento das ruas. A água de algum quintal sendo lavado escorre pelo cimento, porque o bairro todo é construído em um morro e mesmo a terraplanagem não conseguiu evitar que cada via se tornasse uma subida ou uma descida.

Na calçada leve, mas constantemente inclinada, um rapaz se senta à sombra de uma pequena árvore. Sozinho, seu celular toca algum rap triste enquanto ele encara a paisagem. Essa pequena onda sonora viaja pelo silêncio do bairro e nunca se encontra com uma garagem tocando uma batida de funk a muitas ruas de distância.

A falta de barulho e movimento no Pinheirinho dos Palmares é facilmente explicada. Uma olhada em torno da paisagem já basta para perceber que o bairro é isolado de qualquer outro tipo de movimentação urbana. Como o bairro se encontra no declive de um morro, ao olhar para baixo, é possível ver a Rodovia Governador Carvalho Pinto e do outro lado, algumas chácaras silenciosas encaram o bairro de cima.

A música do Pinheirinho dos Palmares é primordialmente humana. Uma sinfonia de conversas na varanda de um salão de cabeleireiro improvisado, risadas de crianças descendo o morro e gritos de janelas quando os cachorros começam a latir.

Varal no quintal de uma casa de esquina.



Talvez esses sejam os sons comuns das tardes ensolaradas no bairro. Talvez mais à noite, as diversas igrejas pentecostais que permeiam o residencial se encham de cantoria. Talvez de manhãzinha, quando a neblina úmida ainda não desapareceu totalmente do vale, as ruas se abarrotam de carros e nos pontos de ônibus as pessoas se aprumam esperando para seguir seus caminhos. Talvez o Pinheirinho seja diferente em outro momento, mas neste ele é calmo, quente, silencioso e confortável.

A fronteira entre a última área urbana construída de São José dos Campos e a zona rural converge ali.



Sequência idêntica de telhados subindo os aclives do Pinheirinho.

RAÍZES

Os moradores do Residencial Pinheirinho dos Palmares já estavam juntos como comunidade, mas em outra parte da cidade. A ocupação do Pinheirinho era considerada a maior da América Latina durante os seus oito anos de existência.

O fim daquela comunidade na Zona Sul de São José dos Campos ficou marcado no dia 22 de janeiro de 2012. A ocupação foi reintegrada e, durante todo o processo, diversos direitos básicos foram violados.

O abuso da força policial, o impedimento de que as pessoas buscassem seus pertences enquanto suas casas eram derrubadas, a falta de alimentos e acesso à higiene básica nos abrigos são apenas algumas das cenas que facilmente vem à mente para quem morou em São José dos Campos naquela época. Depois de todo o processo de reintegração, a caminhada para conquistar o bairro atual também não foi fácil.

Depois de meses de pressão popular, em especial do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Terra (MUST), a comunidade do

Pinheirinho conquistou não apenas o projeto de construção do conjunto habitacional, mas também o pagamento de um auxílio aluguel enquanto as casas não eram finalizadas. Segundo o prefeito da época, Eduardo Cury (PSDB), quase 3 mil pessoas foram cadastradas por agentes sociais para receber o benefício de até R\$ 500.⁴

No total, 760 pessoas, que não tinham outra opção de moradia, foram encaminhadas para abrigos. Outras 55 famílias pediram auxílio do governo municipal para retornar às suas cidades de origem.⁵

O programa “Minha Casa Minha Vida” serviu como um meio que destinava R\$ 65 mil do governo federal e mais R\$ 20 mil do estadual para a construção de um empreendimento de moradia para essa população.⁶

A construtora inicialmente responsável pelo novo Pinheirinho, a El Global, tinha a ideia inicial de fazer vários conjuntos habitacionais espalhados por diferentes regiões da cidade. Diversas lideranças da comunidade foram contra essa escolha, com a alegação de que era uma estratégia para não deixar os moradores juntos e, conseqüentemente, enfraquecer o movimento.

Com negociações sendo feitas, o Pinheirinho conquistou o direito de existir em um só lugar, assim como era anteriormente. Mais do que essa peça fundamental, o prefeito do município da época, Carlinhos Almeida (PT), também insistiu que fossem construídas casas, e não apartamentos, como é o mais comum no “Minha Casa, Minha Vida.”⁷

⁴ Notícia da aprovação do pagamento de Auxílio-Moradia e Aluguel Social pela Câmara Municipal de São José dos Campos, em 2012. Disponível em: <<https://www.camarasjc.sp.gov.br/noticias/882/camara-aprova-aluguel-social-para-familias-do-pineirinho>>

⁵ Dados retirados de matéria do G1 na época da desocupação. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/governo-de-sp-anuncia-aluguel-social-aos-moradores-do-pineirinho.html>>

⁶ Dados da Prefeitura Municipal de São José dos Campos divulgados em relatório da Secretaria de Habitação. Disponível em: <<https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/701775/sh.pdf>>

⁷ A insistência do prefeito da época é uma informação confirmada verbalmente por diversos moradores. Há registros oficiais somente da aprovação da construção das casas populares pelo governo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2013/03/prefeitura-de-sao-jose-define-propostas-da-revisao-do-zoneamento.html>>

O petista ficou no cargo até 2016, ano em que as casas deveriam ser entregues, mas devido a atrasos e problemas com a construtora, ainda faltavam certos elementos, como uma revisão geral da rede elétrica. O novo prefeito, Felício Ramuth (na época, filiado ao PSDB), já havia feito duras críticas ao movimento do Pinheirinho e os moradores se preocuparam de que talvez a tão esperada entrega das chaves não acontecesse.

Durante três dias, eles realizaram um protesto em frente à Prefeitura de São José dos Campos até finalmente conseguirem a liberação da Caixa Econômica Federal, agente financiador, para entrarem em casa. A entrega das chaves foi feita no estádio Martins Pereira e acompanhada pelo prefeito, pelo secretário de Estado da Habitação e futuro governador de São Paulo em 2019, Rodrigo Garcia, e outros representantes institucionais.

Grande parte dos moradores se mudou enquanto o feriado bateu à porta, no dia 23 de dezembro de 2016. “Foi o natal mais magro que eu já tive”, lembra Carlos “Tim Maia” Júnior Santos. O morador do Pinheirinho dos Palmares acende mais um cigarro enquanto relembra seus primeiros dias na casa nova.

“Não tinha água no início, demorou para a gente conseguir ligar. Quando conseguimos e eu finalmente deitei sossegado no sofá, a água começou a gotejar pelos buracos que passavam os fios de energia”, conta. O natal daquele ano não teve peru, porque não havia ainda comércio no bairro e nem a possibilidade de ir para outras partes da cidade comprar por conta do isolamento. São cerca de 15 quilômetros até o centro da cidade.

Essa segregação do lugar também se reflete na invisibilidade pelo restante da região. O Residencial Pinheirinho dos Palmares, apesar de existir fisicamente, não aparece nos âmbitos burocráticos.

Mesmo sendo um bairro com população expressiva, nenhuma das linhas de ônibus que atendem a região levam o nome Pinheirinho, ainda que lugares menos populosos da área possuam. Em minhas caminhadas e visitas pelo lugar, apenas os silenciosos e vazios veículos verdes

da linha 302 e 212 entravam dentro do residencial. O próprio Google Maps e outros aplicativos de localização não compreendem o limite do bairro e muito menos reconhecem suas ruas e nomenclaturas. Títulos esses, inclusive, que só foram oficialmente lançados pelo governo em junho de 2023, com a inauguração do serviço dos Correios no local.⁸

Não só a invisibilização, mas a falta de acesso à cidade também é um reflexo direto da localização do bairro. Gastam-se horas para fazer um trajeto simples até o centro, além da necessidade de pegar múltiplas conduções.

Apesar dos problemas de acesso, Pinheirinho dos Palmares ainda é uma comunidade-oásis.



As ruas inclinadas do Pinheirinho.

⁸ O lançamento foi comemorado pela comunidade com uma cerimônia no dia 23 de junho de 2023. A Rede Vanguarda, afiliada da Globo e principal veículo televisivo do Vale do Paraíba, realizou uma cobertura sobre a chegada dos serviços. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11725060/>>

TRONCO

Na rua nº 6, a casa nº 334 tem as paredes pintadas de roxo. Valdir Martins, o “Marrom”, me recebe e, quando eu tento empurrar o portão cinza, me alerta e ri: *“Ele abre para fora, para ficar mais fácil de bater em policial que queira entrar.”*

Na garagem, um cachorro deitado levanta a cabeça para me espiar. Morgana tem pelo branco e nos acompanha para a sala enquanto nos sentamos no sofá. Ela dormiu durante toda a conversa e roncou bem alto. Um dos antigos coordenadores da ocupação do dinheirinho e um dos líderes comunitários do bairro é baixo, levemente corcunda e usa um boné para “esconder a careca.”

Sempre sorridente, aponta para os retratos nas paredes de seus filhos e netos em cerimônias de graduação e me conta as histórias por trás de cada fotografia. Uma, em particular, chama minha atenção: em cima da estante: Marrom abraça a presidenta Dilma Rousseff. Ele conta que a foto foi tirada em uma de suas muitas viagens para negociar a

construção do conjunto habitacional.

“Nem lembrava que essa foto existia até um amigo me dar de presente tem uns dois meses”, explica e gargalha. Marrom é o tipo de pessoa que não precisa dos outros para dar risada, ele só contrai os músculos da face e abre um belo sorriso para suas próprias piadas.

“A vida não é séria. Se a gente leva ela a sério, a gente não vive, Camila”, e me dá uma piscadinha. A esperteza é porque, durante nossa conversa, Marrom errou meu nome uma vez e, depois de se corrigir, achou mais engraçado continuar a me chamar por esses outros nomes, só para falar o certo em seguida e dar risada.

Apesar de fazer parte da coordenação do Pinheirinho desde o período da ocupação, Marrom sempre dividiu a liderança com outros representantes. Dentro do conjunto habitacional vale o mesmo, mas seu nome continua sendo citado quando se trata de auxílio e suporte.

“Qualquer coisa que acontece aqui, eles falam comigo ou com a Juliana”, explica Marrom citando sua terceira esposa, que também é uma líder comunitária importante. Juliana coordena o projeto “Sementes do Pinheirinho”, além de também liderar um grupo de suporte para mulheres de dentro da comunidade que sofreram algum tipo de violência.

Em certo ponto durante a conversa, seu filho de 16 anos sai do quarto de fininho e avisa que vai visitar a namorada. *“Esse aí entrou para a Igreja”*, avisa Marrom, *“aqui dentro tem mais igrejas do que bares.”*

“A melhor coisa que tem é a criançada brincar de poder dar a volta, né, Manu?”, me questiona. Marrom explica que, ao contrário do que o preconceito das pessoas do entorno possa falar, o Pinheirinho dos Palmares tem muita segurança. *“Nós somos uma comunidade, todo mundo se conhece”*, explica.

Desde os tempos da ocupação do Pinheirinho, sempre houve uma preocupação das lideranças com a segurança da área. Enquanto ajeita o casaco preto por conta do frio, Marrom conta que todas as vezes que um morador está passando por dificuldades financeiras, todos se juntam

para ajudar. “A gente espera uma hora e quando vê já tem uma cesta básica inteira, já tem roupa para as crianças, itens de higiene. Todo mundo se solidariza”, comenta.

Toda a conversa que tivemos sobre o novo conjunto habitacional, Marrom falava com orgulho de suas histórias, dos amigos que fez e gargalhava contando causos de outros tempos. Quando finalmente perguntei sobre o dia da reintegração de posse, ele só deu risada e abanou a mão com urgência: “Pula essa parte, pula essa parte!”

Marrom e seu inseparável boné.





GALHO

Ah, você falou com o Marrom? Ele é meu mentor”, me indica Carlos “Tim Maia”. O apelido foi dado por alguns colegas na época em que usava um black power e acabou ficando.

O ativista tem muitas versões de si mesmo: é poeta, ex-coordenador do MUST, produtor cultural, professor de dança, fã de hip-hop, pai e pedagogo. Tim Maia também usa um boné o tempo todo, verde, do time de basquete Boston Celtics. Ele tem uma tatuagem gasta nos antebraços e um piercing no septo. “Eu e o Marrom temos algumas discordâncias, mas continuo achando ele um cara muito foda”, comenta.

Essas diferenças entre os dois são principalmente pautadas no rumo que o movimento tomou. Enquanto Marrom está muito orgulhoso da construção do conjunto habitacional, Tim Maia tem medo de que um certo espírito de luta tenha se perdido também. “A gente tem projetos coletivos, mas não como era antigamente. As pessoas conquistaram

suas casas e agora acham que a briga por moradia acabou”, explica.

Estamos sentados de frente um para o outro em uma mesinha de pedra no parque do bairro. Logo atrás de mim, em outros bancos, há um grupo de pessoas conversando. Crianças gritam e correm em torno do escorregador, levantando a areia com os pés.

Tim Maia tem a cabeça longe, em um horizonte próprio. Ele olha constantemente na direção de uma árvore baixa, mas sua visão parece enxergar muito além, contemplando uma paisagem que só existe em sua imaginação.

Ele suspira antes de voltar a reclamar de como as assembleias não têm nem metade do quórum que costumavam ter, a não ser que seja para resolver problemas imediatos. *“A gente quer construir uma sede do movimento para poder se concentrar mais, igual tínhamos na ocupação, mas ninguém aparece nas reuniões”,* pontua.

Por conta das conquistas do movimento, Tim Maia acredita que é dever dos líderes ajudarem a construir outras ocupações e a exercer a pressão popular. *“Os políticos deveriam se comprometer a entregar um Pinheirinho a cada 10 anos”,* aponta. Ele se indigna enquanto conta dos milhares de brasileiros que estão presos no ciclo do aluguel.

“Quanto pai e mãe não está se sentindo a pior pessoa do mundo porque não consegue prover moradia digna para os seus filhos?”, questiona. A versão ativista se sobrepõe e ele explica como um salário mínimo é insuficiente para pagar aluguel e ainda custear as outras necessidades básicas de uma família. Por isso, muitas pessoas mais pobres se mudam para bairros afastados do centro, nos quais o preço para morar é menor, mas o acesso à cidade é dificultoso.

“Da casa para o trabalho e do trabalho para casa: isso não é vida. As pessoas não têm tempo para viver”, complementa.

Tim Maia tem um fogo nos olhos de quem anseia por transformar o mundo e ele me conta como esse espírito nasceu nele desde a adolescência. Sua mãe era negra, do candomblé, e seu pai era branco, ateu. Nesse ambiente diverso logo dentro de casa, o jovem Tim Maia constantemente entrava em conflitos com o pai por conta de seu cabelo

ou de uma de suas grandes paixões: o hip hop.

“A música me salvou e ele nunca entendia meu relacionamento com ela. Meu pai me amava incondicionalmente, mas eu sei que é o jeito que ele foi criado”, explica.

Apesar da típica experiência de conflito geracional, Tim Maia não se sentiu menos motivado a se envolver com o processo de ensino. Trabalhou como instrutor de dança desde muito jovem e, apesar do hip hop ser sua alma gêmea musical, ele revela ser apaixonado pela dança de salão.

Tim Maia pega uma garrafa d’água que está em cima da mesa e começa a encher meu copinho de plástico. Eu agradeço verbalmente de maneira educada e louvo euforicamente em minha própria cabeça.

Não há o menor sinal de chuva há semanas: o céu é de um azul doído e o ar seco resseca o interior do meu nariz. Dessa vez, vim ao Pinheirinho de carona e atravessei o bairro andando para me encontrar com Tim Maia na praça. O calor era tanto que eu sentia meu pé queimar por cima da sola do tênis.

Quando cheguei ao lugar combinado, xinguei por ter esquecido minha garrafa e rezei para entrarmos na casa de Tim Maia logo para gentilmente pedir um copo de água. Calmamente, ele parou do meu lado andando com sua moto sem capacete, me cumprimentou e me chamou para sentar numa mesa da praça.

Ele parou o veículo ali do lado e pegou uma sacolinha que estava pendurada no guidão. Tirou de dentro uma garrafa d’água de 2 litros e dois copinhos de plástico. Com um olhar envergonhado, me explica: *“Minha companheira foi trabalhar e esqueceu de me deixar com a chave. Estou trancado para fora de casa.”*

Nós rimos, agradeço a sua gentileza de pensar no calor e adivinhar minhas súplicas silenciosas por um copo d’água. Ele também tira do guidão uma outra sacola marrom, de presente. Dentro, eu encontrei um livro fino vermelho: uma coletânea de poesias escrita por diversos moradores do bairro.

A capa mostra um desenho de uma árvore frondosa, com diversas

mãos formando uma corrente no entorno. Em letras verdes lê-se “Coletânea UBUNTU: Poesias que (R) existem”. Mais tarde, ao folhear a seção dedicada a Tim Maia, recito em voz alta os primeiros versos:

*“Da facção miraculosa do meu devaneio
Construo com blocos de sofrer e massa de sumir [...]”*

Com esses pequenos atos de simpatia, Tim Maia fala com delicadeza das memórias da ocupação. *“Estamos em junho né? Esse mês a gente já teria um enorme arraiá. Toda rua tinha sua própria festa”*, lamenta quando se lembra que estávamos no final do mês e ninguém tinha se proposto a organizar a comemoração

Segundo o poeta, ainda havia natais solidários que costumam ser eventos bem grandes, com festas de fechar ruas, mas a falta da sede de luta é constante. *“Nossa vitória não pode ser ganhar um número na porta da nossa casa. A gente não ganha, a gente ocupa”*, explica Tim Maia.

“O pessoal me acha meio pirado” e dá risada. Apesar das críticas, ele manteve muito claro o quanto é grato pela sua casa hoje em dia, onde pode criar seu filho de 8 anos. *“Quando a gente coloca uma criança preta no mundo, tem que se preocupar muito com a criminalidade. Morando aqui, eu quase não penso nisso”*, explica.

A invisibilização do bairro também se aplica na questão policial. Tim Maia me conta que raramente há ronda policial no lugar. *“Por isso que a gente sai sem capacete, ninguém vai nos parar”*, esclarece. *“Eles vêm quando acontece alguma coisa mesmo, aí montam um cerco e saem parando todo mundo.”*

A falta de policiamento, entretanto, não significa total anarquia ou falta de leis próprias de trânsito. Na ausência dos mecanismos públicos, a organização da população prevalece e também, como acontece em outros bairros periféricos, a do crime.

Tim Maia aponta para um veículo azul que passa pela rua e explica: *“se esse carro passar dos 80 km/h nessa rua, ele tá lascado.”*

Com certeza vai ter alguém esperando ele no final da outra rua". Ele não deu detalhes sobre a organização desse sistema, ou do tamanho dela dentro do bairro e, sendo bem sincera, os efeitos dessa presença eram o que mais me interessava.

Acendendo outro cigarro, Tim Maia me conta como a organização do crime não quer a presença da polícia e, por isso, tenta manter a calma no bairro. *"Se meu cachorro sai correndo pelo portão, a molecada do crime mesmo pega ele e traz na minha porta, sabe? É tranquilo",* conta.

Quando começa a me contar sobre os jovens do bairro, seguro a risada para não atrapalhar seu raciocínio, porque um garoto que brincava no parquinho precisou usar o banheiro. O pequeno está atrás de Tim Maia na posição exata para parecer que é um papagaio em seus ombros, enquanto vira para o cantinho e faz um longo xixi no mato.

"São José dos Campos é uma cidade muito vaidosa. Somos um polo tecnológico, mas nem por isso eles têm o direito de excluir uma população pobre de viver a cidade", avalia Tim Maia. O município tem mais de 700 mil habitantes e é lar de grandes indústrias, como a Embraer e a Refinaria de Petróleo Henrique Lage.

As empresas aproveitam a mão de obra altamente especializada, formada em instituições de excelência da cidade, como o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A cidade é considerada a capital da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo.

"Nos colocaram no último perímetro urbano de São José. Somos mais de mil famílias, a gente movimenta muito a economia, mas não temos acesso nem a um posto de saúde de qualidade", reflete. O postinho mais próximo do bairro é o do Putim que, atualmente, atende cerca de 12 mil pessoas da região, segundo dados da prefeitura.⁹

⁹ Informações confirmadas verbalmente pelos moradores e divulgadas pela Prefeitura em 2018. Disponível em: <<https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2018/julho/16/unidade-avancada-pernambucano-sera-entregue-na-proxima-segunda/>>

Apesar de comentar muito sobre os bons tempos que viveu na ocupação, Tim Maia hesita em falar do dia da reintegração de posse. “*Vish, nossa*”, exclama enquanto passa as mãos pelo pescoço, pensando em como falar.

SEMENTES

“**T**ia, tia! Eu não tomei nenhum gol!”, grita um menino em seus 11 anos com suas luvas de goleiro laranja para Juliana que está encostada em um carro. “*Aê, garoto! Parabéns!*”, ela responde com o mesmo entusiasmo.

Juliana Cruz é coordenadora do “Sementes do Pinheirinho” desde o seu nascimento, em fevereiro de 2017, três meses depois que os moradores se mudaram para o residencial. Quase 200 crianças, entre 8 e 16 anos, estão inscritas no projeto semanal de treino de futebol em um campo improvisado nas proximidades do bairro. O projeto começou como uma forma de incentivar os jovens do bairro a engajarem em esportes e, até hoje, funciona sem nenhum tipo de financiamento externo. escola.

A maioria dos jovens do Ensino Fundamental estuda ali mesmo no Pinheirinho dos Palmares. Entretanto, a Escola Municipal Maria Antonieta Ferreira Payar, apesar de ter modalidades de Educação de

Jovens e Adultos (EJA) para pessoas com mais de 15 anos que não terminaram a escola, ainda não oferece cursos de Ensino Médio.

Todo domingo, das 8h às 12h, o treinador voluntário Josafá Jesus da Conceição, mais conhecido como Mic, coordena todos os times conforme as crianças correm desordenadamente pelo chão de terra batida. É um homem alto, de pele retinta e sorriso simpático.

Durante todo o treino, só deve ter saído umas três vezes para ir até o seu carro e tomar um pouco de água. Em uma dessas caminhadas, Mic me cumprimentou com um aperto de mão forte e foi dando soquinho em todas as crianças que encontrou pelo caminho.

Rigorous, mas sensível, Mic cresceu na favela da Santa Cruz, em São José dos Campos. Quando era jovem, participou de um projeto semelhante e, por isso, entende a importância do trabalho social para a juventude periférica.

Ele e Luiz Gonzaga Alvares da Silva, mais conhecido como LG, o idealizador do “Sementes do Pinheirinho”, dividem a organização do projeto. Para tentar colocar ordem em tanta empolgação, todo o tempo de treinamento é dividido.

No começo da manhã, há um aquecimento geral. Sacolas de feira coloridas comportam pequenos cones laranjas, que são cuidadosamente colocados pelo campo para que os jovens treinem fundamentos. Com todos prontos, o treinador passa a separar em grupos pela idade, começando com os mais novos.

“A gente separa, mas tem alguns espertinhos que jogam em todas as fases”, conta Juliana. Ela aponta para o menino de 11 anos com luvas de goleiro e explica: “aquele ali, eu não sei que tipo de história ele usa com o Mic, mas ele joga até com os grandões.”

Rafael¹⁰ tem um sorriso peralta, só fala gritando e corre ao menor sinal de bronca. *“Olha ele ali!”*, grita Juliana para Marrom e um dos outros coordenadores. O jovem estava em uma lista junto com outros

¹⁰ A pedido dos moradores e em respeito às histórias sensíveis de algumas crianças, todos os nomes dos menores de idade ao longo do livro estão sob pseudônimos para preservação de identidade e privacidade.

nomes de crianças presentes.

Eles me explicam que alguns repórteres vieram cobrir um dos treinos, fotografaram o evento, mas precisavam da autorização de imagens dos responsáveis pelas crianças para utilizarem. Como não é costume dos pais acompanharem os jogos dominicais, coube ao time de coordenação bater na casa de cada um deles com a papelada em mãos.

Rafael era um dos poucos que faltava e logo notei o motivo. Depois que Juliana gritou, ele correu e se escondeu em um grande grupo que se formava em torno do treinador, no meio do campo. “*É o de camisa cinza e luva laranja de goleiro*”, indica ela para Marrom.

Enquanto ele caminha em busca do último fugitivo, Juliana me explica que durante várias semanas, Rafael reclamava de dores fortes no estômago todos os domingos. “*Ele não entendia que era fome*”, relata.

A coordenadora do projeto, então, alimentava o menino e perguntava: “*Tudo certo com a sua mãe? Quem te deu de comer hoje?*”. Rafael só balançava a cabeça e respondia que tudo bem. Um dia, ela resolveu ir até a casa dele depois do treino e encontrou o lugar vazio.

“*Pode ir, tia, eu fico com a vizinha, não tem problema*”, ele garantiu. Relutante, Juliana foi para casa. “*Acho que por isso ele não quer deixar a gente ir atrás da mãe para assinar a autorização*”, explica.

Com a cabeça baixa, Rafael entra no carro de Marrom para fazer uma pequena viagem até sua casa. “*A gente sempre tenta ficar de olho nas crianças, mas são muitas histórias parecidas e, às vezes, não tem muito o que conseguimos fazer além disso*”, conta Juliana com a voz um pouco cansada.

Sem saber o que dizer, fiquei em silêncio. Ela também não tentou preencher o vazio e passamos a assistir a partida que acontecia.



Campo escavado no morro onde os jovens participam do “Sementes do Pinheirinho”

Nos desníveis do morro no qual o campo é talhado, pessoas se sentam para assistir as partidas. O terreno fica no final de um corredor na beira de um barranco. Na outra ponta, há a última estrada na divisa do bairro. Quando me indicou onde era o lugar, Juliana me mandou um áudio dizendo que “ficava fora do Pinheirinho”. E realmente é.

Da rua até o campo, é uma andada de 15 minutos em um caminhezinho improvisado de pedras, que inclusive passa por duas quadras pequenas e cobertas. Apenas quatro veículos estão estacionados no local, em um dos quais eu e Juliana estamos encostadas. Se eu entendesse alguma coisa de carros, poderia dizer com clareza o modelo, mas a única característica que consigo encontrar para descrevê-lo é cinza.

No outro extremo do campo, quase no barranco, há uma grande e frondosa árvore, cuja sombra conforta alguns espectadores sentados nas arquibancadas de terra. A presença desse grande tronco me surpreende, já que o Pinheirinho quase não possui árvore nenhuma. O tamanho deve ser um indicativo de que ela já estava enraizada muito antes daquele bairro nascer.

Rapidamente, o silêncio é interrompido quando o novo tópico de conversa chega na forma de um rapaz com seus 16 anos e sua camiseta pendurada nos ombros. “Ô, Ju, vou encher os galões, tá?”, ele avisa.

Do nosso lado, há dois galões de 20 litros, quase vazios. Ele e mais alguns jovens aparentemente com a mesma idade colocam os dois nos ombros e seguem o caminho de pedrinhas de volta ao Residencial.

Mais tarde, andando pela fronteira do Pinheirinho com o bairro vizinho, o Conjunto Ema 2, os estabelecimentos tinham placas de “Não fornecemos água”, uma demonstração de como essa caminhada é um evento rotineiro. Os galões ficam do lado dos carros, junto com algumas canecas de plástico com dizeres coloridos de “Feliz Páscoa” e coelhinhos.

A parada da hidratação é vizinha da praça de alimentação, que assume o formato do porta-malas de um dos carros dos coordenadores. No cardápio, os dois pratos principais são a escolha do chef: bolo e pão

de frios. Mesmo com a restrição alimentar, uma multidão se forma ao final de cada um dos jogos em torno do carro.

“Mesmo quando não temos treino por conta da chuva, a gente ainda faz questão de entregar a comida”, conta Juliana, enquanto lembra das vezes que foi acordada às 6 horas da manhã por crianças no seu portão, perguntando se não haveria o café.

Toda essa desinibição é facilmente identificável nas sementes do Pinheirinhos. Em cada grupo com mais de cinco integrantes, não demora muito para surgirem gargalhadas e gritarias de palavrões. Juliana se envergonha com o comportamento das crianças e passa sermões: *“A gente tem visita, pelo menos finja que vocês têm educação.”*

O conteúdo da frase pode ser alarmante, mas ela só fala dando risada. Com seus 34 anos, suas marcas de expressão de riso embaixo dos olhos e as mãos na cintura, ela inspira respeito e companheirismo das crianças.

“Alguns aqui eu cuidava na época da ocupação, eram tão pequenos. Agora olha os tamanhos que já estão”, exclama apontando para o grupo de adolescentes voltando com os galões d’água nos ombros. Juliana parece saber o nome de cada uma das quase 200 crianças e, não satisfeita, consegue completar facilmente a informação com: *“Esse é filho de fulana que mora atrás de ciclano.”*

Ela usa uma camiseta azul, simples, com uma calça jeans e passa pela minha cabeça perguntar, em mais de uma ocasião, como ela não está derretendo de calor. São quase 11 horas e apesar do dia estar levemente nublado, o clima é abafado e até o vento que sopra o tempo todo no topo do morro é quente.

Eu uso um shorts comprido, quase uma bermuda, mas ele mostra o suficiente da minha coxa para ser possível enxergar uma tatuagem acima do joelho. O desenho logo se torna objeto de debate para as crianças que apontam, questionam e até mesmo criticam.

Eu explico pacientemente qual o desenho e gargalho quando dizem “mas não parece”. Juliana parece que vai morrer de vergonha toda vez que eles fazem um comentário, mas aos poucos começa a ser

mais permissiva.

A chegada dos galões de água coincidiu com o final da partida do sub-13, então uma multidão se acotovela para se refrescar. A coordenadora do projeto rapidamente pensa nas próximas turmas que ainda não jogaram e pede para um dos adolescentes guardar um dos galões no porta-malas do carro para depois.

Do meu lado, um pequeno de shorts manchado de terra e chuteira verde se apresenta como Leonardo*. Ele vê o bloquinho em minhas mãos e pergunta o que eu estou fazendo. Explico resumidamente que estou escrevendo um livro sobre o Pinheirinho e respondo as perguntas que ele me devolve.

“Já fiz dois gols hoje”, ele se vangloria.

“Que legal! Você quer ser jogador de futebol?”, pergunto, pensando no quanto deveria ser o sonho número um dos garotos da minha escola naquela idade.

“Acho que seria legal, mas para a gente é difícil acontecer.”

Com esse comentário, ele encerrou o assunto e voltou correndo para o grupo que se formava novamente em volta do treinador para a próxima partida.

Único par de chuteira perdido no caminho para o campo de futebol.





GALHO

“**A**inda tem muita coisa para fazer por aqui, mas é um sonho realizado”, comenta Juliana, que se emociona e arruma a tiarinha que segura seus cabelos curtos. “Quando eu acompanhei a turma para escolher o terreno em que iriam construir o residencial, isso aqui era só terra”, conta.

A coordenadora também relata as mesmas condições que outros moradores, como a dificuldade de chegar até o centro, mas ela tem uma outra visão sobre essa situação. “Esse lugar é nosso. Minha casa é minha. Foi para isso que a gente lutou, eu não gosto quando as pessoas falam que vão vender e vão se mudar daqui por conta da distância”, explica.

Ao mesmo tempo, Juliana também diz entender a realidade desses moradores. “Muita gente aqui ainda trabalha com reciclagem e, se você olhar em volta, não tem nada. É muito difícil conseguir seu sustento assim se você está longe da cidade”, explica.

Apesar dessa dificuldade enfrentada por alguns moradores, os olhos dela brilham e as mãos desenham no ar enquanto conta sobre como ficou feliz de poder derrubar o muro entre ela e a casa da mãe para construir uma piscina. *“Aqui a gente é chique também, tá? Adoro minha piscina”*, ri.

Juliana é vizinha da sua mãe e seu padrasto, mora perto da sua irmã mais nova e também convivia com seu pai nas proximidades, antes dele falecer em maio de 2023. A tradição de manter os parentes próximos é uma herança do período da ocupação. *“Quando começamos a dividir as casas, fomos nós mesmos que organizamos quem ia ficar onde, justamente para manter essa ordem”*, explica.

A liberdade que os moradores da ocupação tiveram em construir seu novo lar também se refletiu em outros segmentos. Quase todas as ruas possuem nomes de residentes do Pinheirinho que morreram e não conseguiram ver a transformação do bairro.

“A gente se organiza o máximo que pode para tentar fazer uns eventos de integração também”, explica Juliana. Há natais solidários, projetos nos dias das crianças e também uma feira dentro do bairro todos os domingos, com direito à barraca de pastel, caldo de cana e tudo.

Ainda assim, ela diz que esses eventos não têm a mesma intensidade de quando eram feitos na ocupação. *“Quando temos algum problema, todo mundo se reúne, mas fora isso ninguém está mais animado para fazer ato nenhum”*, conta.

Mesmo parecendo desapontada, Juliana continua complacente com a situação: *“Não podemos também julgar as pessoas porque só querem viver.”*

As melhorias do bairro foram chegando aos pouquinhos. A linha de ônibus era inexistente e as crianças estudavam em um grande contêiner. De acordo com Juliana e outras lideranças, as principais estruturas faltantes do local são um poliesportivo, com projeto de ser construído ali mesmo no lugar daquele campo, um posto de saúde e uma biblioteca.

“Nós temos toda a coleção de livros guardada da época do contêiner, porque organizamos uma parte justamente para isso, mas ainda não temos um lugar para as pessoas terem acesso”, explica Juliana.

A coordenadora do projeto Sementes comemora todas essas conquistas ao longo do tempo e reflete sobre o preconceito que os bairros vizinhos tinham com o Pinheirinho quando se mudaram. *“Com o tempo eles se acostumaram, já que foi por nossa causa que as melhorias chegaram”, relata.*

Juliana também conta sobre como sempre houve uma noção errada sobre os moradores do Pinheirinho, de que eles estariam furando a fila do “Minha Casa, Minha Vida”. Ainda assim, a distribuição das casas no projeto foi feita de forma igualitária, sendo que algumas famílias, que tinham condições econômicas melhores, foram realocadas para um conjunto de apartamentos.

Além dessa divisão, alguns poucos moradores também ficaram de fora do Residencial Pinheirinho dos Palmares por já terem sido contemplados pelo projeto do “Minha Casa, Minha Vida” no passado. *“Não dá também, né? A pessoa vai de ocupação em ocupação querendo ganhar casa. A gente não lida com isso”, comenta Juliana.*

Um dos grandes pontos comentados por ela é a segurança de ter uma casa própria. *“A gente paga ainda um pouquinho das parcelas, mas é realmente muito tranquilo para mim”, comemora.* Nessa linha do pagamento, Juliana conta sobre como ainda é motivo de dúvida para muitos moradores o funcionamento das burocracias estatais.

Recentemente, vários residentes do bairro relataram uma tentativa de golpe. Um perfil falso do WhatsApp, disfarçado de representante da Defensoria Pública, dizia que o processo contra o Estado pela violência da reintegração havia sido finalizado, mas, para receber a indenização, os moradores precisavam pagar uma parcela. Até hoje, essa ação ainda não tem resultado.

“Sorte que a gente tem vários grupos de WhatsApp e conseguimos nos comunicar. O pessoal da Defensoria Pública até ajudou fazendo

uma pequena campanha e explicando para todo mundo que o órgão não cobra nessas situações”, relata Juliana.

Em algum momento durante nossa conversa, sua filha de 4 anos, Lara, que corria em seu vestido cor de rosa, parou para abraçar as pernas da mãe. Os fartos cabelos enrolados brilham de suor. Juliana também tem um filho mais velho, de 17 anos, Carlos Henrique.

“A gente morava no Pinheirinho e ele era bem novo quando aconteceu a reintegração. Sempre participava dos atos e gostava de visitar outras ocupações, mas depois daquilo ele nunca mais entrou em uma sem ter crise de ansiedade”, conta.

FRUTOS

Atrás de um muro, há gritos de crianças e sons de água voando pelo ar. Virando a esquina, passo em frente ao portão e vejo os pequenos brincando em uma piscina inflável de um azul muito brilhante. No varal, uma toalha verde da Xuxa balança com o vento do morro.

Na calçada, patinhas de um cachorro estão marcadas no cimento. Minhas costas carregam o calor do sol daquela tarde enquanto subo os aclives feitos especialmente para aqueles de pernas fortes. No meu caminho para sair do Pinheirinho, encontrei com Tim Maia novamente.

Ele parou a moto do meu lado, dessa vez de capacete, e perguntou se eu precisava de ajuda para me localizar ou queria uma carona até a saída. Respondi que não e nos despedimos novamente. Minha vontade era observar um pouco aquela rotina de final de tarde e sentir o cheiro macio de um bolo assando.

No Residencial Pinheirinho dos Palmares, as casas não têm muros, a paisagem é remota e as pessoas alegres. No bairro que leva o nome de uma árvore, não há quase nenhuma.

The background of the entire page is an aerial photograph of a densely packed urban neighborhood, likely a favela. The buildings are small and closely situated, creating a complex pattern of rooftops and streets. A large, semi-transparent red arrow is superimposed on the right side of the image, pointing upwards and slightly to the left. The text is located in the lower right quadrant, overlaid on the red arrow and the urban scene.

RAÍZES DO PINHEIRINHO
A HISTÓRIA DA MAIOR
OCUPAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

An aerial photograph of a city, likely Rio de Janeiro, showing a dense urban landscape with buildings and roads. A large, semi-transparent red 'S' shape is overlaid on the image, curving from the top right towards the bottom left. The text is centered within the 'S' shape.

PARTE 2

CONTAGEM REGRESSIVA



O cheiro de pastel fritando se misturava ao ar de chuva naquele sábado de janeiro. O calor dentro do barracão emanava da multidão reunida ali na praça Zumbi dos Palmares, no centro da ocupação. Não apenas os moradores se incluíam nos cantos, mas também líderes sindicais, representantes de movimentos sociais e políticos se acotovelavam debaixo do teto de madeira.

Todos os sábados a organização do Pinheirinho convocava uma assembleia geral, aberta para todos os moradores. Na muvuca, com um pequeno palco, todos tinham espaço para discutir os mais diversos assuntos: às vezes questões políticas, às vezes problemas domésticos da própria ocupação ou então as implicações do fim da Guerra do Iraque. Religiosamente, por volta das 17h, as famílias saíam dos mais diversos setores e começavam uma procissão a caminho do barracão.

Aquele dia 21 era diferente.

Ao passar pela porta, cada apoiador da ocupação ganhava uma

muda de pinheiro. A organização em cima do palco lembrava os moradores de uma reunião que aconteceria em 3 dias na Igreja Madre Teresa de Calcutá, o único templo católico do lugar. Os líderes faziam convites e planos para a comemoração do aniversário de 8 anos da ocupação dali um mês, no dia 25 de fevereiro de 2012.

A reunião correu tranquila e, lentamente, a assembleia se transformou numa comemoração. Os moradores nas ruas estouraram fogos e os vizinhos confraternizaram com comidas e bebidas. Eduardo Suplicy, na época senador pelo estado de São Paulo, sobe no palco e canta uma versão à capella de “Blowing in the Wind”, música de Bob Dylan. Era o cheiro de vitória no ar.

Na noite anterior, o Tribunal Regional Federal havia suspenso uma ordem de desocupação expedida pela Justiça Estadual. “A gente achou que o perigo tinha passado”, conta Marrom.

A MADRUGADA ANTERIOR

Marrom nunca morou no Pinheirinho, apesar de passar dias e noites na ocupação. Enquanto a festa ainda rolava, ele foi para casa descansar e, por volta das 23h30, recebeu uma ligação em seu celular de um informante da Favela do Moinho, a única localizada no centro da cidade de São Paulo.

“Ele me disse que o comando da Tropa de Choque estava se movimentando muito e o boato era que estava indo para cá”, conta Marrom falando baixinho, como se alguém pudesse escutar. Ele fala orgulhoso do sistema de segurança que conseguiu construir ao longo dos anos por fazer parte da mesma classe social de seus informantes.

“Sempre falo para os prefeitos e outros chefes tomarem cuidado, porque o motorista e a faxineira são meus vizinhos e nem tudo consegue ficar em segredo”, diz dando uma risada orgulhosa.

Depois dessa ligação, Marrom ficou alerta e começou a acionar sua grande lista de contatos de emergência. Ligou para José “Zé” Maria

de Almeida, dirigente do PSTU, partido político muito presente na ocupação, mas não foi levado a sério.

Depois entrou em contato com outras lideranças do movimento que estavam na confraternização, mas todas relataram que o clima era tranquilo. Finalmente, ligou para Antônio “Toninho” Donizete Ferreira, o advogado do Pinheirinho, mas não conseguiu completar a ligação.

Ansioso, Marrom voltou para dentro do carro e dirigiu de volta para a ocupação. Lá, a festa ainda continuava. Passou na casa de Juliana Cruz, e ela o tranquilizou e disse que ninguém havia relatado nada de estranho.

Marrom diz ter continuado a ligar para seus diversos contatos, mas só obteve uma resposta melhor quando telefonou para um ex-jornalista da TV Vanguarda, afiliada da Rede Globo no Vale do Paraíba. Ele confirmou que havia grande movimentação da Polícia Militar em direção a São José dos Campos, mas a informação era de que os agentes realizariam uma operação de “pente fino” na ocupação. A denúncia era de que havia armas escondidas na comunidade.

Em seus quase oito anos de gestão do Pinheirinho, Marrom já tinha se acostumado com operações do tipo. Mais calmo, mas ainda desconfiado, ele voltou para casa e foi dormir.

Novamente, às 3h da madrugada, uma outra ligação o tirou do sono. Dessa vez, a voz do outro lado da linha era mais íntima: um morador do Pinheirinho que contava de uma movimentação suspeita ao redor da ocupação.

Marrom entrou novamente no carro e começou a rodar os entornos da ocupação. Ele passava pelas estradas escurecidas e pelos campos abandonados em uma busca incessante pelo contingente enorme relatado pelas suas fontes. Sem sucesso e depois de andar pelas redondezas até a cidade vizinha, Jacareí, por volta das 4h da madrugada ele entrou na ocupação.

Todo esse trajeto me foi contado por Marrom em várias conversas e cada uma delas foi diferente. Ao comparar com outras versões em reportagens, teses e depoimentos a inconstância se mantém.

Marrom me conta tudo com uma riqueza de detalhes impressionante, mas uma característica rápida de perceber sobre ele é a velocidade com que se comunica. As palavras se amontoam e as frases se esbarram.

Ele fala como se sua cabeça pensasse na história mais rápido do que sua boca conseguisse transmitir. Então, logicamente, informações se confundem, detalhes se perdem e pontos esquecidos são retomados depois que a conversa já andou muito.

Entre as inconsistências, busquei manter os pontos em comum das suas histórias: a primeira ligação às 23h30, o aviso do “pente fino”, o retorno para casa, a segunda ligação na madrugada e as andanças preocupadas com o carro em busca das tropas.

Quando voltou para o Pinheirinho, a força policial já havia se preparado para começar a operação. Cerca de 2000 agentes de diferentes jurisdições cercavam a comunidade, helicópteros sobrevoavam os céus acordando a população e Marrom disse que, nessa hora, já sabia que alguns estavam atrás da sua cabeça.

*Policiais tentam enfrentar barricadas construídas por moradores
- Roosevelt Cássio / Sindicato dos Metalúrgicos de SJC.*





DOIS MESES ANTES

Desde o começo, assim como diversas outras ocupações, corria na Justiça um pedido do Pinheirinho para que a área fosse oficialmente reintegrada. O embate jurídico com a Prefeitura de São José dos Campos e a empresa Selecta S/A, que reivindicava o terreno como parte de sua massa falida, era tema de debate e atualização em todas as reuniões, assembleias e protestos que os moradores participaram ao longo dos anos.

O terreno era o único patrimônio da empresa, que havia falido em 2002 e era controlada pelo investidor Naji Nahas. De acordo com a certidão de registro na Prefeitura de São José dos Campos, a dívida do local era de quase 17 milhões pelo não pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Mesmo com a longevidade dessa colisão, foi em novembro de 2011 que o processo tomou outra forma. A justiça parecia realizar um ping pong com a ordem de desocupação do lugar. Naquele mês, a juíza

titular da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, Márcia Faria Mathey Loureiro, reavivou os efeitos de uma liminar concedida em favor da massa falida. A ação tinha sido assinada pelo então juiz de direito Marcius Porto, no ano de nascimento da ocupação, em 2004, porém teve seus efeitos suspensos no ano seguinte pelo desembargador Marcondes Machado, da 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo.¹¹

A decisão da juíza foi o que impulsionou uma velocidade no processo e os líderes da ocupação se alertaram para a iminência de uma possível reintegração de posse. No dia 21 daquele mês, cerca de 500 manifestantes se reuniram na Prefeitura de São José dos Campos para pressionar o poder municipal e acelerar a desapropriação do terreno.¹²

Como um relógio bem regulado, semana após semana os moradores do Pinheirinho realizavam atos e, ao mesmo tempo, enfrentavam uma nova movimentação política ou jurídica que agravava mais a sua situação de insegurança. A temperatura esquentou até que entrou em ebulição em janeiro do ano seguinte.



*Imagem aérea do terreno da ocupação /
Documentário “Pinheirinho dos Palmares: a
luta contra injustiças.*

¹¹ Informações consultadas em reportagens da imprensa da época e em documentos do Tribunal de Justiça de São Paulo.

¹² Um importante veículo de informações e registros sobre a luta popular do Pinheirinho era o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região (SindMetal-SJC), com os boletins que divulgavam negociações e convocavam protestos. Disponível em: <<https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/418/moradores-do-pinheirinho-ocupam-prefeitura-nesta-segunda>>

JANEIRO

No dia nove de janeiro de 2012, os sindicatos de São José dos Campos e a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas), uma importante organização sindical brasileira, fizeram uma grande reunião. O objetivo era unificar as diferentes entidades que apoiavam o Pinheirinho e chamar a atenção da imprensa para a situação.¹³

No dia onze, a ocupação recebeu uma comissão do governo federal recheada de representantes da Secretaria Nacional de Conflitos Fundiários, do Ministério das Cidades, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e da Secretaria Geral da Presidência da República. O assessor da última instituição, Wlamir Martinez, inclusive, teria dito, segundo um boletim do Sindicato dos Metalúrgicos, que a culpa pela demora no impasse da reintegração era da prefeitura do município e afirmou que o governo federal se empenhava na construção de uma

¹³ Boletim do SindMetal-SJC do dia 10 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/483/entidades-criam-frente-de-apoio-ao-pinheirinho>>

solução pacífica para o caso.¹⁴

No dia seguinte, a então presidenta Dilma Rousseff encontrou o governador do estado da época, Geraldo Alckmin, e assinou um termo de cooperação com a direção paulista para construir 97 mil casas populares, mas nenhum dos moradores do Pinheirinho foi contemplado na ação.¹⁵

Durante o evento, por intermédio do senador Eduardo Suplicy, Toninho, um dos advogados do Pinheirinho, repassou uma carta para as autoridades federais presentes alertando para a situação da comunidade e para o perigo de uma possível ação da polícia para retirar os milhares de moradores do terreno. Ele era o representante jurídico dos moradores no processo que pedia a regularização da ocupação e, durante muitos anos, também auxiliou na conquista de direitos básicos e organização de protestos.

A resposta do governo federal veio no dia 13 de janeiro, quando representantes do Ministério das Cidades, da Secretaria de Habitação de São Paulo (SH/SP) e da Associação de Moradores do Pinheirinho levaram à Polícia Militar da cidade um protocolo de intenções, no qual constava o compromisso daquelas entidades em buscar a regularização fundiária do terreno.¹⁶

O comando da Polícia Militar de São Paulo, depois de três dias, deu sua réplica:

“Cidadãos de bem,

A reintegração da área do Pinheirinho é uma decisão da justiça e deverá ser cumprida em breve. A polícia militar não deseja que haja

¹⁴ Boletim do SindMetal-SJC do dia 11 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/490/alerta-maximo-todo-apoio-ao-pinheirinho-contra-desocupacao>>

¹⁵ Termo de cooperação foi assinado no dia 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/dilma-e-alckmin-firmam-cooperacao-para-construir-97-mil-moradias/>>

¹⁶ Informações registradas em boletins do SindMetal-SJC, mas também confirmadas pelo Ministério Público Federal. O documento foi acessado pelo pesquisador David Moreno Montenegro e está disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29048/1/2017_tese_dmmontenegro.pdf>

qualquer tipo de enfrentamento. Sua colaboração é muito importante para que sua família e seus bens estejam protegidos e em segurança. Procure deixar o local antecipadamente. De maneira voluntária. Evitando assim qualquer tipo de desconforto. Estamos comprometidos em proporcionar a segurança e tranquilidade a você e aos seus familiares.”

Essa nota lançada pela PM quase que literalmente caiu de paraquedas no meio do processo jurídico. Helicópteros da instituição lançaram cerca de cinco mil panfletos com essas palavras impressas sobre o Pinheirinho. Essa foi a forma encontrada pelos órgãos de segurança pública de alertar a população da iminência da ação de despejo dos moradores daquela ocupação.¹⁷

De acordo com os moradores da comunidade, a Polícia Militar lentamente se posicionou para controlar os acessos da ocupação. Do outro lado, o Pinheirinho se preparava para resistir.

¹⁷ Nota do Comando do Policiamento do Interior I, do dia 16 de janeiro de 2012. Informações registradas pelo SindMetal-SJC, pela Rede Brasil Atual e confirmada verbalmente pelos moradores.



ARMAMENTO

Ao contrário da reunião do dia 20, baseada em risadas e comemorações, uma semana antes o clima era outro. No sábado do dia 14, a assembleia geral era um conselho de guerra.

Os líderes do Pinheirinho subiam no palanque e organizavam os moradores em funções específicas. Com a polícia rodeando todas as saídas da ocupação, a reintegração parecia somente questão de tempo.

Para dentro da Igreja, foram levadas crianças e idosos para facilitar a proteção. Nas estradas principais dentro do Pinheirinho, a população construiu barricadas para dificultar o avanço das tropas da polícia numa possível invasão da ocupação.

O barracão passou a funcionar como um QG de segurança. A comunidade passou a organizar uma tropa de resistência, armada com pedaços de madeira como cassetetes, tambores de lixo cortados ao meio como escudos improvisados, canos de PVC como caneleiras, além do uso de capacetes de motocicletas para proteção da cabeça. Essa

organização deu origem a uma das fotos mais famosas do processo de reintegração de posse.

A assembleia daquele dia 14 foi o momento em que os moradores tomaram a decisão coletiva de resistir a qualquer intenção de desapropriação promovida pela polícia. No barracão, pedaços de pau, pneus e outras armas improvisadas eram armazenadas.



Moradores improvisam armas para se proteger da ação policial. Foto: Reprodução/CMI

TERÇA-FEIRA

No mesmo dia em que a polícia despejava os moradores como um aviso divino, os advogados do Pinheirinho, impulsionados pelo protocolo de intenções assinado, promoveram mais um movimento para fazer com que a Justiça Federal suspendesse a ordem de despejo.

Por conta do clima de tensão, Toninho não saiu do Pinheirinho durante aqueles dias. Ele aguardava impacientemente a resposta de uma ação cautelar ajuizada, movimentação realizada em Brasília, para evitar a ação de desocupação que já se formava no horizonte. Na madrugada escura do dia 17, por volta das 4h30, a notícia que todos os moradores aguardavam viu a luz do sol.

A liminar que suspendia a reintegração de posse do terreno havia sido aprovada pela juíza federal substituta Roberta Monza Chiari, em contraposição à decisão da juíza da 6ª. Vara Cível de São José dos Campos, Márcia Loureiro, responsável pela ordem de reintegração de posse em novembro de 2011. No documento, a juíza destacou o fato

de a União e o governo de São Paulo terem firmado um compromisso de regularizar a área e ainda chamou atenção para os possíveis danos: “[...] inúmeras famílias ficarão desabrigadas, o que inevitavelmente geraria outro problema de política pública. [...] há que se preservar a integridade física dos indivíduos, dentre eles idosos e crianças, de maneira a evitar qualquer forma de violência.”¹⁸

Acompanhado em sua insônia, Marrom estava com diversos outros moradores no Pinheirinho naquela madrugada. “Quando o cerco estava se aproximando, chegou a liminar. Toninho subiu no palanque do barracão, deu a notícia e ainda brincou: ‘Comandante, meia volta volver’”, relembra.

Ele conta que quase desmaiou por conta da agitação que se seguiu: os moradores o carregaram nas costas, estouraram fogos de artifício, que iriam ser usados contra as forças policiais, choravam, cantavam e dançavam.

Com a liminar em mãos, o movimento poderia pressionar a prefeitura de São José dos Campos a reconhecer o acordo entre o governo federal e estadual e começar efetivamente o processo de regularização da área. Ainda não era uma garantia, mas a liminar era uma prova de que o esforço dos moradores e dos demais movimentos por moradia tinha força e, além disso, uma real possibilidade de vitória.

¹⁸ Informações divulgadas pela imprensa da época e trecho do documento retirado da pesquisa de David Moreno Montenegro.

SEXTA-FEIRA

“**F**elicidade de pobre dura pouco né?”, me questiona Marrom, dando um risinho fraco. O balde de água fria veio já no dia seguinte, 18 de janeiro, quando o juiz em exercício da 3ª Vara Federal de São José dos Campos, Carlos Alberto Antônio Júnior, derrubou a decisão liminar que suspendia temporariamente a reintegração de posse da área do Pinheirinho.

O núcleo da argumentação do juiz foi seu entendimento de que, dado o conflito de competência entre a justiça paulista e a justiça federal, cabia ao estado de São Paulo decidir, uma vez que o interesse político manifestado pela União não era suficiente para conceder legitimidade jurídica para intervir na decisão da 6ª Vara Cível de SJ. No dia seguinte, os parlamentares apoiadores do Pinheirinho organizaram um movimento para contestar essa última decisão e garantir a suspensão da reintegração.

Por pressão de nomes como Suplicy, o deputado federal Ivan Valente (PSOL) e os deputados estaduais Adriano Diogo (PT) e Carlos Giannazi (PSOL), o Tribunal de Justiça resolveu suspender, novamente, por quinze dias, qualquer iniciativa do poder público de desocupar a área

do Pinheirinho. O fato inesperado foi que a própria representação da massa falida da empresa Selecta, que reivindicava a propriedade da área ocupada, concordou com a trégua.

O embate continuou quando os advogados do Pinheirinho deram entrada nos recursos contra a ordem de reintegração expedida. Eles reivindicavam que o interesse da União fosse reconhecido na questão para que o processo passasse a correr pelas instâncias federais e saísse do âmbito estadual. Até aquele momento, o governo de São José dos Campos não havia se pronunciado de forma oficial sobre o conflito jurídico.

O alívio só viria, de forma mais efetiva, no dia 20 de janeiro de 2012. Em resposta aos recursos impetrados pelos advogados do movimento, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu, naquela sexta-feira, a ordem de reintegração de posse expedida pela Justiça Estadual três dias antes. A decisão foi tomada pelo desembargador federal Antônio Cedenho, da 5ª Turma do TRF. No despacho, o juiz ordenou que a União passasse a fazer parte do processo por conta do interesse manifestado pelo governo federal na área. Desse modo, voltava a ter efeito a decisão da juíza federal Roberta Chiari deferida ainda na madrugada do dia 17 e que fora revogada horas depois.

O dia 20 é sempre lembrado pelos moradores como motivo de comemoração. Novamente, era mais um sinal de que a vitória se aproximava e o medo envolvente de serem retirados de suas casas, eventualmente, ficaria para trás.

“O que Brasília dizia pra nós era: ‘Ninguém vai fazer isso’. O que o jurídico dizia: ‘Ninguém pode fazer isso’. E a gente dizia para os moradores o seguinte: ‘Olha, seria uma imbecilidade de qualquer governo tirar esse pessoal’. E nós começamos a acreditar nisso”, resume Marrom.

Com a vitória na sexta-feira, os moradores respiravam aliviados e a liderança do movimento se organizou para promover uma confraternização depois da assembleia geral do sábado, no dia seguinte. A esperança voltava a fazer parte da vida de uma comunidade que, desde novembro, vivia constantemente sob ameaça de expulsão de suas casas.

DOMINGO

O sol fraco da manhã de domingo era bloqueado pelo trânsito de helicópteros que sobrevoaram o Pinheirinho. Pouco tempo antes, o céu tinha sido dominado por fogos de artifício, mas não aqueles da festa da noite anterior. Quando a polícia foi avistada pelos moradores que cuidavam da segurança da ocupação, toda a comunidade foi acordada por fogos, como um aviso de que algo estava para acontecer.

Marrom conta ter conversado com o comando da Tropa de Choque quando eles chegaram e, novamente, a história do “pente fino” foi reafirmada. *“Eles me disseram para eu manter todo mundo dentro de casa, que os moradores estavam seguros”*, relembra.

Mesmo com esse alerta, Marrom não se contentou e se manteve desconfiado das reais intenções dos agentes. *“Ninguém traz uma tropa de mais de 2000 policiais para fazer um ‘pente fino’”*, pontua.

Ele começou, novamente, sua grande procissão de ligações para os outros líderes da ocupação, atualizando sobre os acontecimentos. Enquanto isso, todas as entradas do Pinheirinho estavam bloqueadas com viaturas e cavalarias, tanto da polícia militar quanto da civil e

também da guarda municipal.

Os carros blindados tinham transportado os mais de dois mil soldados armados e seus cães farejadores. Era uma operação que envolvia unidades militares altamente especializadas, como a Cavalaria, Batalhão de Choque, ROTA, Canil e Força Tática. Helicópteros também prestavam apoio pelo ar e garantiam uma visualização melhor de todo o terreno.

Toda a força policial começou a lançar bombas de gás lacrimogêneo no terreno, inclusive, dentro das casas, o que forçou a população a sair para as expostas ruas do Pinheirinho. As tropas começaram a avançar.

Na frente, o Batalhão de Choque estava com seus escudos desferindo tiros com balas de borracha na população, que a esta altura se aglomerava fora de suas casas. Bombas de efeito moral também eram lançadas para facilitar a penetração das tropas na ocupação. A cavalaria também invadiu o terreno, mas avançando pelos fundos do Pinheirinho.

Enquanto o caos era instaurado no terreno, os líderes e advogados tentavam usar a vitória do dia anterior para impedir a reintegração. O Dr. Jairo Salvador, defensor público da comarca de São José dos Campos, chegou na ocupação por volta das 6h da manhã, assim que ficou sabendo da operação policial. Marrom conta que ele chegou com a liminar expedida pela Justiça Federal e, com o papel nas mãos, foi até as tropas.

Até chegar ao comando da operação, teve que vencer três barreiras policiais, mesmo se identificando como agente da justiça. Ao se dirigir ao major Paulo para entregar o documento, recebeu um sorriso e a resposta de que, como ele não era um oficial da justiça, não poderia acatar a decisão.

O Dr. Jairo pediu então para falar com o coronel Manoel Messias de Mello, responsável maior pela operação e membro da corporação que vinha há meses participando das negociações em relação ao caso. O que ele não esperava era receber a resposta irônica do major Paulo: o coronel Messias está de helicóptero, se o senhor conseguir alcançar ele, pode entregar a ordem. Sem sucesso, ele seguiu para a Justiça Federal para garantir que um oficial de justiça realizasse a notificação.

DISFARCE

Marrom circulava nas casas dos moradores, porém o que encontrava era a mais pura expressão do desespero. A polícia formava linhas e empreendia a ofensiva já nas ruas do Pinheirinho. Ele andava pelo terreno com mais oito companheiros que tinham por missão ajudar a garantir sua integridade física. Sabia que era alvo naquela operação.

“Boné verde, boné preto, boné amarelo, camisa branca, camisa vermelha: trocava tudo, toda hora”, reconta Marrom sobre sua estratégia para não ser identificado pela polícia. Ele fala comigo com um tom de voz anedótico, como se contasse uma piada infame de um médico e um pintor entrando em um bar.

Marrom lembra que, em algum momento, encontrou uma companheira que lhe entregou uma peruca. *“Imagina! Eu correndo da polícia com o cabelo da Emília na cabeça”* e bate a mão nas pernas enquanto gargalha.

De supetão, o seu tom muda e ele se remexe no sofá. Com a voz baixa, começa a narrar sobre um telefonema estranho. Seu irmão que

vive no Mato Grosso estava na linha. Disse que recebeu a notícia que ele estava morto e, desesperado, resolveu ligar. Toda a família estava preocupada.

Marrom já sabia que era alvo, mas tinha a convicção de que apenas sua prisão seria um dos objetivos naquela operação. Temendo pela sua vida, ele resolveu encontrar uma forma de sair do Pinheirinho. Com seus disfarces improvisados, ele atravessou a ocupação com seus companheiros.

Quando chegou em uma das ruas que margeava o terreno, deu de cara com cerca de 40 oficiais do batalhão de Choque. O líder do movimento conta que foi identificado por um funcionário da Prefeitura e levado até um carro por um agente.

“Me levaram para o Cruzeiro do Sul, um bairro afastado daqui. Nenhum dos agentes tinha identificação”, relembra. Marrom conta que foi violentamente retirado do carro e, um dos oficiais, com uma arma apontada para sua cabeça, disse: “Você não deve sua vida a Deus, você deve sua vida a mim. A ordem é para te matar, mas eu vou te soltar, porque quando você voltar lá o próprio pessoal vai te matar. Está todo mundo revoltado com você, porque foi sua a ideia de achar que eles iriam conseguir construir casa e ter uma família. Você vai pagar caro pelo que você falou e fez com o pessoal, invadir terra dos outros dá nisso. Então não vou te matar, mas você vai morrer hoje mesmo.”

A viatura se afastou e Marrom foi deixado sozinho, com as palavras do polícialecoando na sua cabeça. Assustado, ele ligou para um dos seus companheiros que não estava no acampamento e pediu ajuda. O amigo foi buscá-lo e o deixou de novo na entrada da ocupação. Sabia que não poderia entrar novamente no Pinheirinho, já dominado pelos policiais, mas tinha consciência que havia muito a ser feito lá fora.

Mesmo com as inconsistências no modo de falar e recontar os fatos, todas as três vezes que ouvi essa história da boca de Marrom diretamente e as outras incontáveis em depoimentos gravados e entrevistas não há uma vírgula fora do lugar.

A ocupação do Pinheirinho, antes de ser removida / Roosevelt Cássio / Sindicato dos Metalúrgicos de SJ





DEMOLIÇÃO

Aquela altura, no interior da ocupação, os policiais continuaram a protagonizar cenas de extrema violência com os moradores alvos do despejo. Invadiam as casas e removiam à força as pessoas que insistiam em permanecer no interior de suas residências.

Não havia tempo para que juntassem seus pertences. Os moradores saíam do local somente com as roupas do corpo. Nem seus documentos pessoais tinham chance de levar, por diversas vezes.

Juliana levou um tiro de bala de borracha em sua perna direita que queimou a calça jeans e deixou um buraco no local. Com a perna machucada, sem capacidade de recolher nenhum documento, ela saiu do Pinheirinho.

Conseguiu ajuda de um parente de fora da ocupação para trazer uma caminhonete e levar os itens de valor da casa, mas, quando o veículo chegou, a sua residência já tinha sido demolida com tudo dentro.

Do barro de sua mãe, conseguiu pegar alguns poucos itens. Sofás, eletrodomésticos menores e alguns poucos documentos. Tudo foi levado para casa de parentes, mas não durou muito tempo. *“Ficamos dias sem um lugar para ficar, em abrigos, e quando voltamos para pegar nossas coisas, disseram que aconteceu uma infiltração, os itens estragaram e tiveram que jogar fora”*, comenta.

O fluxo de pessoas fugindo da violência policial ia ou para fora do Pinheirinho ou para a única igreja católica da ocupação. Entretanto, o local foi rapidamente cercado pela polícia e bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas dentro do prédio, arrancando crianças e idosos que se abrigavam lá dentro.

“Os policiais foram demolindo tudo. Derrubaram nosso barracão e gritavam. Já no final do primeiro dia, não tinha quase nenhum barraco de pé”, conta Juliana.

Sem saber para onde ir ou o que fazer, muitas famílias buscavam só ficar longe dos efeitos da fumaça ardente das bombas de gás lacrimogêneo e dos tiros de balas de borracha distribuídos abundantemente pelas tropas. Encontrar um local seguro para ficar e se proteger parecia a prioridade.

IGREJA

Do lado de fora, Marrom decidiu iniciar um processo de organização das famílias. Conseguiu juntar alguns dos coordenadores na comunidade para decidir o que fazer. Pouco a pouco, eles foram movendo as pessoas que tinham conseguido sair da ocupação e movê-las para o Centro Poliesportivo do Campo dos Alemães. Mesmo fora do acampamento, lá os conflitos ocorriam com as forças da guarda municipal e com a polícia militar, o que dificultava bastante o trabalho.

Lá, a primeira tarefa foi tentar garantir o cadastramento das pessoas expulsas de suas casas junto ao serviço de assistência social da prefeitura. As famílias que chegavam passavam a denunciar a forma constrangedora como foram expulsas de suas casas. Muitas pessoas, no momento de desespero, apenas se preocuparam em sair do local do conflito.

Ao tentar voltar para retirar seus pertences, denunciaram que foram impedidas pela polícia, que já isolava o local e controlava a

entrada da comunidade. O poder municipal havia assegurado que os bens deixados para trás pelos moradores seriam preservados e levados para dois galpões que seriam cedidos pela própria prefeitura.

Nos bairros vizinhos, a população também se revoltava contra a operação. Moradores do Campo dos Alemães estavam indignados com a ação da polícia. Uma viatura da TV Vanguarda chegou a ser incendiada no meio do tumulto. O cenário era um verdadeiro campo de batalha, com alvos que constantemente se multiplicavam.

O cadastramento das famílias nos abrigos designados pela prefeitura acontecia muito lentamente. Não havia qualquer garantia de um local adequado para todas aquelas pessoas passarem as próximas horas e dias após a desocupação.

No geral, as famílias estavam sendo conduzidas para dois locais após a triagem no Centro Poliesportivo: Ginásio de Esportes Ubiratan e Escola Caíque, ambos no bairro Dom Pedro I, próximo ao Pinheirinho.

Marrom passou a solicitar a abertura dos portões da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no Campo dos Alemães. Ele entrou em contato com o responsável pelo templo, o Padre Ronildo e alegou o grave quadro de insegurança e humilhação que as famílias expulsas do Pinheirinho estavam enfrentando.

De acordo com o líder do movimento, as pessoas eram classificadas através de pulseiras de cores diferentes a depender de qual abrigo seriam enviadas. Diante da situação de insegurança, Marrom e Toninho comandaram uma assembleia com as famílias ali mesmo, no Centro Poliesportivo, com a proposta de seguirem para a igreja.

Com a decisão coletiva tomada pela população, o grupo que aumentava a cada minuto saiu em passeata em direção ao templo, mas foram reprimidos por forças da polícia que não autorizaram a saída do centro poliesportivo. Presos dentro do ginásio, assustados e desamparados, a situação da comunidade foi comparada por Tim Maia como um “campo de concentração.”

“Eu, graças a deus, não sofri tanto quanto poderia. Não tinha família para me preocupar”, lembra. O poeta e instrutor de dança

conta que, dentro do Pinheirinho, ele morava sozinho já há alguns anos, depois que seus pais faleceram em um acidente de carro.

Solteiro, assustado e com a maioridade recém atingida, quando a reintegração começou, ele teve a sorte de colocar seus documentos no carro junto com alguns poucos pertences e saído do local. *“Eu era jovem, meu pensamento era de que ia me virar, mas me partia o coração ver famílias desesperadas, com crianças chorando por brinquedos que não conseguiram levar”*, conta.

Depois de passarem pelo cerco policial, os moradores conseguiram ocupar o salão paroquial. Centenas e centenas chegavam a cada momento, com muitas famílias com crianças de colo e idosos. Como haviam saído praticamente sem nenhum pertence, dependiam exclusivamente de doações para garantir condições de alojamento, higiene pessoal e alimentação.

Sem ter para onde ir, as famílias improvisam camas no chão, nos bancos, corredores e até mesmo em áreas externas da igreja. A comida, assim como colchões e cobertores, vinham de doações, principalmente dos moradores dos bairros no entorno. Os banhos eram somente de mangueira naqueles dias chuvosos em São José dos Campos.

De acordo com denúncias dos boletins publicados pelo Sindicato dos Metalúrgicos, por volta das 23h daquele domingo, a polícia chegou a lançar gás lacrimogêneo e dispararam tiros de bala de borracha na população que estava no interior da igreja. Lá também estavam autoridades do governo federal para analisar as condições de acolhimento das pessoas.¹⁹

As perseguições e os ataques aos moradores se prolongaram durante dias pelas ruas dos bairros adjacentes, mantidos em permanente estado de estresse. Até mesmo a caminhada de um abrigo até outro ou até a igreja era rapidamente dissolvida, segundo Juliana. Qualquer aglomeração era recebida com disparos de balas de borracha e bombas de efeito moral.

¹⁹ Nota do SindMetal-SJC do dia 23 de janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/518/pm-joga-bomba-em-patio-de--igreja-contra-moradores-do-pinheirinho>>



ABRIGOS

Retiradas de suas casas construídas ao longo de anos, a maioria das famílias era redirecionada para abrigos depois de passar pelo “centro de triagem” dos galpões. O atendimento era feito de forma caótica e precária.

Segundo dados da Prefeitura de São José dos Campos, divulgados na época, até o início da tarde do primeiro dia de desocupação, não passavam de 235 famílias cadastradas, totalizando algo em torno de 900 pessoas. Desse total, 120 estavam seguindo para endereços de amigos ou parentes, e as demais foram encaminhadas para abrigos temporários e alojamentos.²⁰

Com o cair da primeira noite, o número já tinha aumentado para 623 famílias encaminhadas para dois abrigos da prefeitura. É importante lembrar também da variedade e da quantidade de membros em cada

²⁰ Dados da prefeitura de São José dos Campos divulgados através da assessoria de imprensa do órgão. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/moradores-de-area-invadida-passam-noite-em-abrigos-improvisados.html>>

uma das famílias. Cerca de dois terços dos moradores passaram a noite daquele domingo ao relento.

Realizar uma estimativa da quantidade real de pessoas que viviam na ocupação é um tema de debate por si só. De acordo com o prefeito da época, Eduardo Cury (PSDB), o cadastramento após a reintegração contabilizou 925 famílias, um total de 2,85 mil moradores. Esse número apresenta uma grande diferença do que era divulgado pelos líderes do Pinheirinho: nove mil pessoas organizadas em 1.800 famílias.²¹

Marrom explica que o dado da prefeitura não pode ser tomado como base, porque ele não leva em consideração a dificuldade que muitos moradores tinham de realizar o cadastramento em meio ao caos, inclusive por muitos estarem sem seus documentos. Além disso, Tim Maia relata que algumas famílias sequer chegaram aos galpões e se dirigiram diretamente à casa de parentes ou amigos depois da ação policial.

Os galpões para onde foram levadas as pessoas possuíam péssimas condições de infraestrutura. O chão era de terra batida, não haviam banheiros ou materiais de higiene para os abrigados, como denuncia Tim Maia.

“No centro poliesportivo, a gente improvisou dois vestiários como banheiros, mesmo não tendo vaso sanitário”, conta. Enquanto desenha o contorno dos abrigos com as mãos, como se visse a cena na sua frente, ele relembra como centenas de pessoas se amontoavam pelo chão, muitas sem colchões para dormir.

Além da falta de estrutura do lugar, diversas pessoas denunciaram terem sido impossibilitadas de tomar corretamente seus remédios de uso contínuo, como controle de diabetes, pressão arterial e AIDS pela falta de acesso.²²

²¹ Informação confirmada verbalmente pelos líderes da ocupação e também por veículos de imprensa da época. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/derrubada-de-casas-no-pineirinho-termina-quarta-diz-pm-3748878>>

²² Informações retiradas de relatório entregue à Defensoria Pública do Estado de São Paulo com denúncias feitas pelos moradores sobre o tratamento nos abrigos. Disponível em: <Caos toma conta de novo abrigo para moradores do Pinheirinho, e prefeitura promete mais alojamentos.>

Mesmo com a ocupação da igreja e de dois outros galpões disponibilizados pela Prefeitura, ainda havia uma quantidade significativa da população do Pinheirinho sem abrigo para a noite. Essa parte da comunidade passou a migrar para o ginásio no bairro Parque do Morumbi, zona sul da cidade. O destino ficava a uma caminhada de quase 4 km sob um calor de verão.

Juliana relata ter passado um mês vivendo nos alojamentos e a dificuldade de sair dos abrigos era cada vez maior. O primeiro fator agravante é a falta de condições financeiras dos ex-ocupantes para conseguir alugar um local. O segundo fator seria o preconceito com aquelas famílias.

“Quem ia querer ser fiador de desabrigados? Quem ia emprestar dinheiro ou aceitar alugar para quem mal tinha dinheiro para dar um cheque caução?”, explica.

No período que passou no abrigo, Juliana disse quase não conseguir viver, inclusive, por ser extremamente difícil conseguir se preparar para questões básicas, como seu emprego. *“Como a gente se arruma para ir trabalhar quando não temos roupas ou onde tomar banho?”*, questiona.

De acordo com ela, diversas pessoas perderam seus serviços nesse período por conta dessa dificuldade. Crianças também deixaram de ir para a escola com frequência, inclusive porque os pais não tinham segurança de deixar os filhos sozinhos no abrigo, uma situação que não acontecia na ocupação.

As crianças do Pinheirinho, durante muito tempo, não conseguiam ouvir barulhos de helicópteros. Juliana, sempre muito próxima à juventude da comunidade, disse que diversas mães relataram que seus filhos chegavam a fazer xixi em suas camas ao menor sinal de barulho de trovão.



Destroços das casas demolidas depois da ação policial no Pinheirinho. Foto: Coletivo Grupo Risco/Flickr

MOSAICO POLICIAL

Na frente de uma parede cheia de livros, a imagem pixelada de David Moreno Montenegro aparece em meu computador. Na estante, imagens de Marielle Franco, placas e o símbolo do MST gritam sua presença.

Eu o chamo de “Deividi”, como se falássemos nos Estados Unidos, e ele me corrige, diz que o ‘D’ é mudo e o correto seria apenas “Davi”. Ele começa a rir e me contar de como sua mãe não estava pensando totalmente quando escolheu o nome e como a pronúncia errada sempre o perseguiu.

O sociólogo, formado pela Universidade Estadual do Ceará, passou dois anos escrevendo uma tese sobre o Pinheirinho que, conseqüentemente, foi transformada em livro. “Os oprimidos sabem do que se trata” é um grande estudo sobre como esse caso em especial nos ensina sobre a luta por moradia no Brasil.

Para escrever, David viajou de Fortaleza para São José dos Campos e conviveu com Marrom por três semanas, em 2014. O livro foi escrito no período intermediário depois da ocupação, mas antes da

entrega das casas do Residencial Pinheirinho dos Palmares.

Os dois passeavam de carro pelos bairros adjacentes e David ouvia as histórias de Marrom sobre o período da ocupação. O pesquisador conversou com diversos moradores e outros personagens importantes, na tentativa de reconstruir toda a situação.

O homem com sotaque cearense me conta que, durante sua graduação, teve contato com movimentos de moradia através do Laboratório de Estudos da Violência, do qual fazia parte. Eventualmente, o levaram para um congresso em Brasília. Lá, uma das mesas de debate havia uma representante do “Novo Pinheirinho”, uma cidade-satélite da região com fortes influências da ocupação no interior de São Paulo, a qual ainda não havia enfrentado a reintegração de posse.

Através dessa história, David teve contato com o Pinheirinho e com os representantes e, cada vez mais, ficou fascinado com aquela história. “*É um mosaico da desigualdade brasileira*”, explica o pesquisador.

Dentro do seu trabalho, o pesquisador analisou a ação da polícia na retirada dos moradores e conta como a estratégia utilizada por essas forças é muito parecida com a utilizada em condições de guerra.

Primeiro, houve o cerco a todo o perímetro da área correspondente ao terreno ocupado, garantindo o controle de cada movimentação não somente na ocupação de Pinheirinho, mas em todo o bairro Campo dos Alemães.

Os helicópteros prestavam apoio pelo ar e garantiam uma imensa condição de visualização de todo o terreno. O objetivo era antecipar qualquer esboço de resistência dos ocupantes, além de causar um verdadeiro efeito de terror.

O pesquisador explica o conflito entre as forças estaduais e federais e como, por conta desse embate, não poderia haver qualquer tipo de ação de retirada dos moradores. “*O problema é que a polícia militar é autônoma: não há o menor respeito por hierarquia*”, comenta.

A questão principal com essa instituição é sua herança do período ditatorial e como ela não funciona como força investigativa,

como deveria ser, mas sim como instrumento de força e controle. “*Com isso, ela se fica refém somente ao flagrante*”, comenta. Dessa forma, segundo o especialista, a polícia militar se limita a construção de perfis de maneira independente e, conseqüentemente, passa a ter poder “sobre a vida e a morte da população periférica.”

Cada unidade federativa do país possui sua peculiaridade com a polícia militar e, como consequência direta, com sua liberdade de exercer movimentos sociais. “*Por que o MST tem tanta dificuldade de realizar ocupações no Rio de Janeiro? Porque a força das milícias impede qualquer tipo de organização*”, explica David.

Durante o período de reintegração, o governador em exercício e futuro vice-presidente do país em 2022, Geraldo Alckmin, foi um grande nome apontado como culpado de toda a situação. O pesquisador afirma que, apesar de não poder isentá-lo de responsabilidade, também é importante entender como a polícia age de forma independente e, conseqüentemente, não respeita o controle do poder Executivo.

The background of the entire image is a high-angle, aerial photograph of a densely packed urban neighborhood, likely a favela. The image is rendered in a monochromatic orange color scheme, with varying shades of orange and yellow highlighting the textures of the buildings, streets, and vegetation. The perspective is from directly above, looking down on the complex, irregular layout of the settlement. The buildings are tightly packed together, with narrow, winding paths visible between them. The overall effect is one of intense density and organic growth within a structured urban environment.

RAÍZES DO PINHEIRINHO
A HISTÓRIA DA MAIOR
OCUPAÇÃO DA AMÉRICA LATINA



PARTE 3

PLANTA BAIXA



A história do Pinheirinho, paradoxalmente, começa com parreiras.

Quando o empresário Naji Nahas expôs seu mais novo projeto de investimento de 1981 era assim que a ideia foi apresentada: Parreiras de São José. O loteamento consistia na construção de cinco mil casas e o nome fazia referência às uvas Itália que cresciam na região.

O projeto não germinou e, depois de muito tempo, o terreno passou a ser chamado de Pinheirinho, por conta de algumas dessas árvores que, até hoje, ainda estão na região. As parreiras e jabuticabeiras que margeavam a avenida não estão mais lá.

Naji Nahas é libânes e se mudou para o Brasil em 1969, com 22 anos e alguns milhões herdados de sua família na mala. Ele montou um conglomerado que incluía empresas, fazendas de produção de coelhos, banco, seguradora e outros.

Na década de 1980, o especulador investiu na Bolsa de Valores

do Rio de Janeiro, principalmente comprando ações de estatais como Vale e Petrobras quando os valores estavam baixos. A suspeita era de que ele fazia empréstimos bancários para aplicar e, assim, manipular a valorização dos ativos realizando negócios consigo mesmo através de laranjas ou corretores.

O presidente da Bovespa na época, Eduardo da Rocha Azevedo, suspeitou de que estava em uma possível bolha especulativa e, em nove de junho de 1989, o Planibanc, assim como outros bancos, negou o pedido de financiamento de Nahas. O empresário então teria usado a empresa que controlava, a Selecta S/A, para emitir um cheque sem fundo no valor de 39 milhões de cruzados novos e pagar a compra de ações.

As corretoras que intermediaram essas transações ficaram com a dívida e então a Bovespa confiscou a carteira de ações no valor de 500 milhões de dólares de Nahas, para compensar o prejuízo. Um dia depois das acusações sobre Nahas virem a público, a bolsa do Rio não operou.

Quando ela finalmente abriu, as ações perderam um terço de seu valor, mais do que o crash da bolsa de Nova York em 1929. A bolsa carioca nunca se recuperou do baque e ela fechou em 2000. A Polícia Federal indiciou o empresário por crimes de “colarinho branco” e estelionato, mas ele foi inocentado em 2004²³.

Entre outras histórias pujantes e inúmeros processos jurídicos, esse era o dono do terreno do Pinheirinho no momento de sua criação.

²³ Informações retiradas de matérias jornalísticas que recontaram a quebra da Bolsa do Rio de Janeiro, especialmente a reportagem da Folha de S. Paulo publicada em 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi141008.htm>>

ÁREA ÚTIL

Aqueles 1,3 milhão de metros quadrados, a 90 km da cidade de São Paulo, foram avaliados em 187,4 milhões. O terreno é delimitado por três vias. No extremo da cidade, ele faz divisa com a estrada velha, a qual liga São José dos Campos a sua vizinha, Jacareí. Essa estrada encontra a Leonor de Almeida Ribeiro Solto, tão longa quanto seu nome, e que segue no sentido oposto à divisa da cidade, rumo ao bairro Campo dos Alemães. A rua Romeu de Barroso contorna o resto do Pinheirinho e forma o triângulo que delimita o lugar.

Área verde do Pinheirinho registrada em julho de 2023, 11 anos depois da reintegração. Reprodução: Google Earth.





Mapa da área da ocupação com registros das casas de alvenaria antes da reintegração, em 2011. Reprodução: Brasil de Fato.

Essa é a breve história daquele pedaço de terra, mas o Pinheirinho conhecido por seus moradores só foi ter sua união consagrada em 2004, quando as famílias começaram a ocupação.

Entretanto, por diversas vezes, os moradores respondem que a formação do acampamento começou no ano anterior, em 2003, nas “casinhas do CDHU”, no Campos dos Alemães. Cerca de 150 famílias ocuparam as residências que vinham sendo construídas, mas estavam com obras em estado de abandono.²⁴

²⁴ Informações retiradas da Dissertação de Mestrado “Pinheirinho entre o sonho e a realidade”. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br:8080/jspui/bitstream/20.500.11874/917/1/Pedro%20Henrique%20Faria%20Machado_seg.pdf>

Segundo os relatos, diversos ocupantes já estavam na fila do programa esperando há pelo menos 10 anos. A Prefeitura de São José dos Campos, então, rapidamente entrou com um pedido de reintegração de posse na Justiça para tentar remover as famílias das obras, o qual não demorou muito para ser autorizado.

Em 31 de dezembro, o último dia de 2003, a prefeitura posicionou as tropas da Guarda Municipal, com o apoio da Tropa de Choque da Polícia Militar, para realizar a operação. O Sindicato dos Metalúrgicos e o PSTU fizeram parte da intervenção das negociações para evitar um possível confronto.

Diante da iminência de um conflito, os ocupantes resolveram deixar as “casinhas”. Em uma assembleia, cerca de 80 famílias recusaram a oferta da Prefeitura de seguirem para albergues para desabrigados. O órgão também havia feito a promessa de que as moradias seriam finalmente entregues.²⁵

Neste momento, uma outra decisão também foi tomada: diversos ocupantes resolveram permanecer no mesmo lugar em que estavam e levantaram acampamento, no espaço que ficou conhecido como “Campão”. Durante dias naquele janeiro de 2004, as famílias contaram com doações dos bairros vizinhos e de organizações como o Sindicato dos Metalúrgicos.

Em diversos dos boletins divulgados pela instituição durante os meses de janeiro e fevereiro, é possível observar as campanhas de doação organizadas dentro das fábricas da região para o Campão. No texto da semana de 21 a 27 de janeiro, a entidade expressou que o comportamento da Prefeitura tinha o objetivo de realizar uma “limpeza na cidade.”²⁶

Depois de alguns confrontos com a Guarda Civil Municipal combinado ao fato de que estavam em um local público, os membros do acampamento passaram a ter muita insegurança. A prefeitura entrou,

²⁵ Informações retiradas da Dissertação de Mestrado “Pinheirinho entre o sonho e a realidade”. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br:8080/jspui/bitstream/20.500.11874/917/1/Pedro%20Henrique%20Faria%20Machado_seg.pdf>

²⁶ Informações retiradas da Dissertação de Mestrado “Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto”. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-10112010-110021/es.php>>

então, com um pedido para desocupar a área e, a partir disso, as lideranças que começaram a surgir conseguiram se reunir para tentar um acordo.

Na audiência pública, o prazo era de três meses para que os ocupantes saíssem do local e todas as partes concordaram. Quando lembra dessa história, Marrom dá um sorriso de canto, como se fosse pregar uma peça.

“A gente só queria um prazo que ultrapassasse o carnaval, porque nosso plano era ocupar o Pinheirinho durante a festa”, comenta dando risada. De acordo com a principal liderança do movimento, a polícia estaria ocupada com as festividades e seria mais difícil mobilizar uma operação para retirá-los.

No dia 24 de fevereiro de 2004, a organização alugou quatro ônibus e foi pular carnaval. A festa durou a noite inteira e, pela manhã, os ocupantes voltaram para os veículos e foram direto para o terreno do Pinheirinho. *“Pessoal do MST já estava lá esperando a gente também, e aí começamos a trabalhar”*, conta Marrom.

Ele conta que, no primeiro dia, apenas as famílias do Campão estavam no Pinheirinho armando barraca, mas que, ainda naquela mesma semana, mais e mais pessoas começaram a se juntar. Esse início da ocupação exigiu muito trabalho.

No terreno não havia nenhum tipo de construção, nem mesmo uma cerca. O mato no local atingia quase dois metros de altura. Então, logicamente, a limpeza do terreno foi o primeiro passo para que pudessem erguer barracas de lonas pretas.

Ao mesmo tempo em que a retirada do matagal era feita, as lideranças passaram a pensar no planejamento do lugar. A organização passou a definir lotes de terrenos para serem distribuídos para as famílias. Marrom conta que pegou o “Estatuto da Cidade” em mãos e foi traçando as medidas exatas com uma trena para eles dividirem as ruas que cortavam a ocupação.

“Pensei que ficaria mais fácil regularizar o local se ele já estivesse de acordo com as questões legais”, explica. Durante os primeiros dias, todos estavam empenhados em limpar, demarcar e capinar.

Cada lote era dividido em áreas de 10 x 25 metros, no espaço que

corresponderia à zona urbana do acampamento, e em chácaras de 3.000 metros quadrados na zona rural. Essa última ficava perto da estrada num nível mais baixo do terreno, local no qual se criavam animais e se cultivava uma pequena plantação.

Outro aspecto relevante, segundo Marrom, foi o cuidado com o meio ambiente, com o incentivo para não derrubarem as árvores e preservar os mananciais encontrados. “*‘Não mexam nem em uma vaquinha sozinha, foi o que a gente deu de indicação para eles’*”, lembra.

Também foi destinado espaço para o cultivo de alimentos e criação de animais na área rural do acampamento, os denominados sítios. Geralmente, nesses espaços habitavam pessoas que tinham maior familiaridade com o trabalho no campo. A água vinha da mina, local em que também se lavava a roupa de todo mundo.²⁷

Cerca de 60% de todo o terreno era destinado à moradia, já que parte dele era composto por barrancos, locais inundados, como brejos, e áreas de proteção ambiental, nas quais não é permitido construir casas. O acampamento era dividido em 14 setores nomeados de A a M e com mais dois distantes, física e simbolicamente, na área chamada Mangueira, o O e P. Cada um conta com uma média de 120 casas.

Cada setor tem o seu coordenador, incumbido de organizar as reuniões semanais de terça-feira que ocorriam sempre às 18h para resolver pequenas questões domésticas, como desentendimentos entre vizinhos, explicação das regras de convivência para os novatos, divulgação de oportunidades de emprego e cursos técnicos gratuitos. Apesar desses tópicos menores, elas também eram importantes na mobilização política dos moradores e cobranças para o cadastramento dos moradores, gerenciamento de mutirões e também para a convocação para as assembleia de sábado.

A mobilização de um setor e a sua união era, por diversas vezes, dependendo de seu coordenador e a sua casa se tornava o centro de referência do local. É comum os moradores se referirem às divisões como “Setor da Paula”, “Setor do Cadu”, etc. De acordo com a organização, a

²⁷ Informações verbais confirmadas inicialmente por Marrom, mas também por outros moradores.

maior parte dos coordenadores eram mulheres.²⁸

Questões básicas de infraestrutura sempre foram um ponto de conflito dentro do Pinheirinho. Garantir o fornecimento de água e luz foi objeto de inúmeros enfrentamentos administrativos e jurídicos com as empresas fornecedoras dos serviços no município que levaram anos para serem resolvidos. Durante boa parte da existência da ocupação, esse abastecimento era feito de forma ilegal.

Já em relação à coleta de lixo, o movimento nunca conseguiu fazer com que a empresa responsável pelo serviço fizesse regularmente a coleta do lixo do Pinheirinho, percorrendo suas ruas internas. Era necessário que os próprios moradores organizassem lixeiras fora da ocupação para que os resíduos pudessem ser recolhidos.

Essas questões relacionadas à infraestrutura do acampamento foram sendo superadas no transcorrer dos anos. As casas, aos poucos, foram deixando de ser feitas de lona preta, madeira, e passaram a ser erguidas com alvenaria.

Cada família era responsável por sua morada, assim, era por meio do esforço privado que se realizavam benfeitorias em cada habitação, embora fosse comum haver colaboração entre os vizinhos para reparos e obras. Juliana conta que um dos grandes diferenciais do Pinheirinho foi não ter uma cozinha coletiva, como é feito em outras ocupações.

“Cada um comia na sua casa. Se precisasse de ajuda, logo íamos se mobilizar, mas, no geral, eles acreditavam que comer o que você quiser também faz parte da qualidade de vida”, explica.

Apesar de não haver uma cozinha coletiva, outras estruturas ainda eram compartilhadas e o esforço para mantê-las também era conjunto. As praças, o campo de futebol, o galpão, conhecido como “Barracão” onde ocorriam as assembleias gerais, a igreja, os espaços destinados a realização das reuniões dos setores: todos deveriam ajudar para serem realizados concretamente e terem sua manutenção assegurada.

²⁸ Informações retiradas da Dissertação de Mestrado “Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto”. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-10112010-110021/es.php>>

O grande motivo de saudade de Tim Maia e Juliana, as festividades, também eram organizadas com fins arrecadatários. A festa em comemoração a cada aniversário da ocupação, definido no dia 25 de fevereiro, era uma das mais importantes.

“A gente fazia aqueles bolos de metro. Aniversário de cinco anos, bolo de cinco metros e por aí vai”, conta Juliana gesticulando com as mãos. O dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, no qual também se homenageia a morte de Zumbi dos Palmares, também era comemorado no Pinheirinho.

A cada família também se solicitava a contribuição mensal de dez reais, um valor de repasse não obrigatório, mas que a coordenação do movimento justificava pela necessidade de garantir a viabilidade econômica das atividades que aconteciam no acampamento, tanto do ponto de vista gerencial como político. Também havia mobilizações em mutirões, redes de solidariedade entre entidades políticas e sociais, lideranças e moradores que encontraram na vida cotidiana sua forma de participar coletivamente da vida da ocupação.

Internamente, a organização dos moradores se mostrou fundamental para o estabelecimento de boas relações no acampamento, mobilização e atuação política da comunidade. O processo de mobilização e organização do Pinheirinho ocorria em dois momentos fundamentais: nas reuniões setoriais e nas assembleias gerais que aconteciam no barracão central.

Em relação às reuniões dos setores, essas eram conduzidas pelo coordenador de cada setor, que poderia contar com o auxílio de um secretário. Eram reuniões que aconteciam sempre às terças-feiras e tinham o objetivo de contar com a participação dos moradores de cada setor. Em geral, cada lote continha cerca de 120 casas, mas não era raro haver dificuldade para garantir uma participação efetiva dos moradores.²⁹

As reuniões dos sábados tinham o objetivo de envolver todos os setores, que, por sua vez, eram cobrados a enviar representantes. O galpão

²⁹ Informações retiradas da Dissertação de Mestrado “Os oprimidos sabem do que se trata”. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29048/1/2017_tese_dmmontenegro.pdf>

em que as reuniões aconteciam possuía um palco central que era ocupado tanto pelas lideranças internas, os coordenadores, quanto por apoiadores externos como lideranças sindicais, parlamentares, advogados, membros da defensoria pública, militantes e coordenadores de movimentos sociais ligados ao campo e à cidade (MST, MTST, MUST, ONGs), além de pesquisadores.

As pautas discutidas nos setores no início da semana eram retomadas para que se deliberasse soluções para os conflitos identificados. Também era neste espaço em que se debatiam questões mais amplas de mobilização da comunidade, como a participação em protestos, organização de manifestações e apoio a greves locais.

Marrom ainda conta que as reuniões dos setores eram feitas todas ao mesmo tempo. *“Eu falava para os coordenadores que queria ouvir a mesma história contada igualzinha por todo mundo, para ter certeza que não era mentira. Até as piadas tinham que ser iguais”*, gargalha e dá um leve tapa na sua própria perna.

A organização política do Pinheirinho prezava que os moradores fossem conscientes para os assuntos do mundo, não apenas aquelas pautas que os envolvessem de alguma forma. Segundo os relatos, eles discutiam situações de guerras internacionais e pautas econômicas também.

Além dessas pautas, o Pinheirinho também tinha sua própria política e moral. Juliana conta como haviam grupos para ajudar mulheres que haviam sofrido violência doméstica e como esse tipo de criminalidade não era aceito no local.

“Qualquer homem que batesse em mulher era ‘convidado a se retirar’ da ocupação, como a gente costumava dizer”, lembra.

BANHEIRO AZUL

“**Q**uando minha mãe me contou que a gente se mudaria para a ocupação, confesso que fiquei muito brava”, conta Juliana enquanto dá risada. Ela tinha quase 14 anos quando recebeu a notícia.

“Sempre trabalhei desde os meus 12 anos e lembro de pensar ‘essas crianças são todas ranhentas demais’”. Juliana trabalhava cuidando do filho de seus vizinhos e, sua primeira reação ao olhar para os moradores da ocupação, foi pensar em como os pequenos eram sujos.

O chão de terra e a falta de regularização eram questões para Juliana antes de se mudar, mas ela não tinha muito espaço para opinar nessa ideia. Depois de passar a viver na ocupação, o que fez a coordenadora mudar de ideia foi o fato de passar a ter mais comida dentro de casa.

“De repente, a gente passou a ter pão todo dia para comer de manhã, porque não precisava mais se preocupar com o aluguel. E foi aí que eu entendi como aquele lugar era bom para gente”, explica.

“Aos poucos eu fui me ajeitando, os vizinhos passaram a pedir para eu cuidar dos filhos e eu agradei pensando que ia finalmente

ensinar aquelas crianças a limpar o nariz direito”, comenta, dando um sorriso.

Com o tempo, Juliana passou a se sentir parte da ocupação, tanto que quando completou 18 anos se tornou coordenadora do setor em que morava.

Já com seu primeiro filho, Juliana se tornou uma importante liderança do movimento, auxiliando na organização dos setores D e F, nos quais moravam sua família, e também prestava serviço para o G, quando necessário. O seu barraco, e futuramente a sua casa de alvenaria, era dividido com seus pais e sua irmã.

“O Pinheirinho foi uma escola na minha vida. Aprendi tanto. Sempre fui muito tímida e quieta, mas foi lá que eu comecei a me soltar mais”, lembra. A imagem de uma Juliana com vergonha de falar em público não parece em nada com a moça à minha frente. Como uma vereadora, ela anda cumprimentando a todos com um sorriso no rosto e, pacientemente, presta atenção em tudo que acontece ao seu redor.

A situação até o divórcio de seus pais sempre foi bem complicada. Havia muitas brigas entre os dois por seu pai ser alcoolista e, quando a mãe se separou dele, disse que foi aí então que a vida dela “finalmente começou”. O processo aconteceu quando a família já morava na ocupação e, ao sair da casa, o pai somente se mudou para outro barracão em um setor vizinho.

“Foi uma época que eu me aproximei muito do meu pai, porque ele sempre foi uma boa pessoa e não queria que ele se sentisse sozinho”, conta Juliana. Ela começa a ficar emocionada porque, no momento em que estamos conversando, faz somente quatro meses que ele faleceu.

O pai de Juliana não tinha família, morou em orfanatos a vida inteira e enfrentou graves problemas com depressão. Quando ele saiu de casa, a sua maior preocupação era de que a solidão ativasse algum gatilho e fizesse com que ele bebesse ainda mais.

Ela conta que, depois da reintegração de posse, seu pai não tinha para onde ir, então Juliana conversou com a mãe e o padrasto para que pudessem abrigá-lo. Ele morou com o resto da família até a entrega das

casas no Residencial Pinheirinho dos Palmares.

Depois de meses, o pai sofreu um AVC e precisou parar de trabalhar. O processo teve tantas complicações que foi necessário amputar uma das pernas.

“Meu pai sempre foi assim: bebia muito, mas também trabalhava muito”, conta. “Quando a gente morava na ocupação, ele pegava a bicicleta e ia pedalando até Jacareí”, lembra Juliana.

Com a perna amputada, sem trabalho e sem família dentro de casa, o pai entrou numa depressão profunda. “Ele descansou”, suspira.

Antes de continuar a história, Juliana faz uma pequena pausa para dar um sermão nas crianças que haviam entrado dentro do carro de Marrom. *“Melhor não comer bolo aí dentro para não sujar de migalhas”, repreende.*

Sua filha Lara sai do carro obedientemente, abraça a mãe e continua a correr pelo campo. *“Depois que eu engravidei a primeira vez, eu saí de casa, peguei um terreno lá na ocupação e fiz um barracão para mim”, continua.*

“Teve um ano que organizamos de ir para a praia. Alugamos uma casa que tinha um banheiro azul lindo. Meu filho mais velho disse que queria um banheiro azul lá no Pinheirinho e foi isso que fizemos”, lembra. Juliana conta como organizou e recriou o cômodo na ocupação e, quando a reintegração veio, só conseguiu pensar no sonho perdido.

“Você não tem um banheiro azul aqui?”, pergunto.

“Tenho, mas não sei. É diferente, sabe?”, ela responde sucintamente.



ESCALA

Da mesma forma que Juliana era relutante em passar a morar na ocupação, Tim Maia também discutiu com a mãe quando a decisão de se mudar para o Pinheirinho foi tomada. *“Acho que quando a gente é criança, a gente gosta da nossa própria realidade”*, explica.

Não há resquício deste desgosto no homem que, calmamente, acende mais um cigarro à minha frente. Tim Maia sempre comenta sobre como sente falta do lugar e sente falta da união que todos tinham quando precisavam reivindicar algo.

“A gente ia para a porta de fábrica às 3 horas da manhã para participar de ato. Levávamos água e cuscuz”, lembra Tim Maia.

Inclusive, o apelido foi um presente do período em que viveu na ocupação e cultivava um black power. *“A alegria sempre foi a minha lembrança mais forte”*, comenta.

Durante a ocupação do Pinheirinho, Tim Maia nunca foi coordenador ou uma das lideranças do movimento. O título chegou somente depois do processo de reintegração.

“Meu primeiro contato com a luta não foi Marx, foi o Pinheirinho”, comenta Tim Maia sobre o processo de entender sua negritude e sua classe social. Eram as trocas com os sindicatos e as reuniões da ocupação que o fizeram entender seu lugar.

Aos 16 anos ficou órfão depois que seus pais morreram em um acidente de carro. Sua irmã mais nova, de 12 anos, foi morar com uma tia, mas ele decidiu continuar na ocupação sozinho. Quando a polícia demoliu o Pinheirinho, ele tinha 18 anos.

“Eu lembro de cada detalhe da minha casa, de cada pessoa da minha rua. Boa parte delas ainda mora perto de mim hoje. É bom sentir que tenho família”, suspira.

BARRACA

A grande liderança do Pinheirinho nunca precisou morar na ocupação, mas estava lá todos os dias. Marrom nasceu no Paraná e começou a trabalhar com 10 anos. *“Igual todos os garotos que moram na roça”*, conta.

Assim como muitas pessoas que trabalham no campo, ele também sofreu um acidente. Com 13 anos, perdeu a ponta de um dos dedos. *“Nunca recebi nenhuma indenização”*, revela enquanto ergue a mão para mostrar o resultado do seu período na roça.

Foi já nessa época, que Marrom começou a se envolver com movimentos sociais. As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) eram parte importante na região em que vivia. As CEB's são pequenos grupos organizados em torno de paróquias urbanas ou capelas rurais e são baseadas na Teoria da Libertação, uma abordagem teológica cristã que prega a libertação dos oprimidos.

Até atingir a maioridade, Marrom continuava trabalhando sem carteira assinada. *“Comia arroz e feijão com molho de mamão verde ou*

guisado de banana verde, que é como vivem os trabalhadores no norte paranaense”, comenta.

Quando ele se mudou para São José dos Campos, veio em busca das grandes fábricas do setor de indústria que pipocaram na região. *“Trabalhei na SP Alpargatas, nos Correios, na Rhodia, na Philips, na construção civil, na Avibras e por quase 20 anos na Tecsats”, relembra.*

Na última empresa, ele se tornou diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. Essa ligação com os movimentos sociais desde cedo foi muito importante para formação dos seus ideais. *“Sempre defendi que essas organizações não podem buscar recursos do Estado ou com empresários. Não podemos ter rabo preso com ninguém”, explica.*

Ele conta que o Pinheirinho é a prova dessa máxima. Todas as famílias construíram suas casas com pouco dinheiro, com o apoio somente uns dos outros ou de outras organizações igualmente independentes e preocupadas com a luta por moradia.

Boa parte do seu conhecimento sobre organização popular veio, segundo ele, de cursos sobre socialismo que o Sindicato providenciava. Ele me conta sobre como nunca teve muito acesso antes à escolaridade formal, mas sempre defendeu que as pessoas buscassem a educação.

Quando estamos fazendo essa entrevista, Marrom está cursando a faculdade de administração pública. Como nos adicionamos mutuamente no WhatsApp para conversarmos melhor sobre nossos encontros, tenho acesso às semanais selfies sorridentes dentro da sala de aula da universidade.

Ele sempre fala com uma linguagem simples. Tudo é recriado a partir de histórias ou de ditados populares. Quando se trata de analisar o Pinheirinho e sua importância para o país, Marrom se empolga de uma forma que só falta levantar de seu sofá e realizar uma reunião sindical ali mesmo na sala de sua casa.

“O Pinheirinho era um projeto independente do povo pobre que estava dando certo, porque as pessoas estavam recuperando sua dignidade e sua auto-estima. Além dos interesses econômicos que

levaram à desocupação, havia também razões políticas. Tinha que se impedir a todo o custo que o Pinheirinho fosse um exemplo a ser seguido. Não se podia deixar passar a ideia de que o povo pobre é capaz de se organizar e construir sua própria vida de forma independente, sem depender de favor político”, analisa firmemente.

“Não gosto muito de falar que sou líder, sempre fui apenas um dos muitos coordenadores da ocupação. Mas acho que era quem mais gostava de falar, então fui tomando a frente”, explica. Além dos coordenadores de setor, o Pinheirinho também tinha cerca de 15 outros coordenadores gerais, mas a organização nunca possuiu um líder único.

“Eu sinto falta de ocupar uns terrenos por aí, sabe? Quero ver se eu ainda sei montar barraca”, comenta Marrom, ajeitando o boné com uma risada.



PAVIMENTO

O bairro horizontal do Campo dos Alemães tem casas simples e quase ninguém na rua em um sábado à tarde. A larga avenida é enfileirada de casas e estabelecimentos comerciais de um lado e tem um campo vazio do outro.

A cerca de arame fechada é alta, de quase 2 metros. Os mourões de cimento estão desgastados pelo tempo e alguns possuem pichações ilegíveis.

Do outro lado da cerca, a vista se estende por quilômetros de uma grama alta em um campo vazio e plano. Ao fundo, algumas árvores fazem sombra para um barracão improvisado, mas firme. Uma única caminhonete branca fica estacionada ao sol.

É a única construção da área, na qual ficam os seguranças. O bairro é silencioso, exceto por um bar tocando música ao longe e não há qualquer tipo de movimentação no descampado.

Na beira do terreno, mais próximo da cerca, é possível ver resquícios de lixo jogados. Papéis de bala, embalagens e latinhas de

refrigerante pipocam pela grama.

Entretanto, no terreno em si, não há nada. Nenhum resquício da ocupação que, por oito anos, se levantou orgulhosa no local. Nenhuma tábua de madeira de algum barracão foi deixada para trás.

Seguindo mais a avenida, a construção que realiza a segurança vai ficando pequena. Ela é escondida por uma e outra árvore grande, provavelmente plantada lá desde antes da ocupação existir.

Conforme a rua contorna o terreno, um outro tipo de árvore surge. Os famosos pinheiros, com seus galhos dispersos e formato triangular, se enfileiram na beira do lugar.

O Pinheirinho pode não existir mais ali, mas certas raízes nem o tempo consegue arrancar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação do Pinheirinho foi um capítulo importante na história da luta por moradia no Brasil. Sua organização, história e conquistas são fontes de estudo na questão do território até o dia de hoje, especialmente por ter resultado na realocação de quase todos os moradores para um mesmo local, no qual cada família teve acesso a uma residência de qualidade.

Ainda assim, é fundamental refletir que o sucesso desse processo só foi possível com a ação e resistência dos moradores e do movimento de luta por moradia como um todo. O papel do poder público é constantemente reativo ao comportamento dos ex-ocupantes.

Todos os principais representantes estatais envolvidos na história, como os ex-prefeitos Eduardo Cury e Carlinhos Almeida, o ex-governador Geraldo Alckmin e o comandante responsável pela operação, foram contatados com uma solicitação de entrevista. Entretanto, nenhum deles mostrou disponibilidade para dar sua visão na história, seja por indisponibilidade ou por ausência de resposta.

A história do Pinheirinho é longa e repleta de detalhes jurídicos que foram construídos com a ajuda do advogado do caso, Antonio Donizete Ferreira, o qual, apesar de não querer ser um personagem na história, auxiliou na reconstrução da batalha constitucional.

Mais de 10 anos depois da reintegração de posse, o terreno da empresa falida ainda continua no local intocado por impasses na Justiça. De acordo com o Censo do IBGE de 2022, os imóveis desocupados da capital paulistana possuem 12 vezes a população de rua da cidade. Em um país com esse tipo de cenário, entender o conceito de função social da propriedade é de extrema importância.

Além disso, é fundamental desmistificar a figura do “sem-teto” e dos movimentos que lutam pela integração desses personagens. A existência das quatro Comissões de Inquérito no Congresso para

investigar o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) demonstra a desconfiança inclusive de entidades públicas e políticas com o grupo.

Durante essas sessões, é possível observar todo tipo de tentativa de vilanização do movimento, com desinformações relacionadas ao poder aquisitivo dos representantes ou da violência com que o grupo opera. Ouvir e registrar as histórias dentro de ocupações, acima de tudo, humaniza o olhar e acusa questões fundamentais, como a vulnerabilidade social dos seus moradores, seu desamparo e seu envolvimento com a resistência.

RAÍZES DO PINHEIRINHO

A HISTÓRIA DA MAIOR OCUPAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Este livro é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).



PUC-SP

